

GUIA DE ESTUDOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



III ONU INTER
COLEGIAL



Rede Jesuíta de Educação



Sumário

1. CARTA DE APRESENTAÇÃO	3
2. SOBRE A SIMULAÇÃO.....	4
3. ESTRUTURA POLÍTICA DO PAÍS	5
4. CONCEITOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	8
5. HISTÓRICO DO TEMA	20
6. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	35
7. POSICIONAMENTO DO JORNAL.....	36
8. VISÃO GERAL DOS PARTIDOS E POSICIONAMENTO DOS DEPUTADOS	39
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
10.REFERÊNCIAS	58



1. CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caros Deputados e Deputadas,

É com uma honra indescritível e altas expectativas que nós, a diretoria da Câmara dos Deputados, desejamos as boas-vindas aos participantes da tão esperada III ONU Intercolegial. Como a primeira mesa diretora de um comitê nacional compondo a Intercolegial, nossa equipe — composta pelos diretores Marianna Pessoa, Leonardo Lacerda e Thayanne Oliveira — não poderia estar mais feliz e animada em embarcar nessa jornada transformadora junto com vocês. Além de calorosas recepções, gostaríamos de parabenizá-los por estarem fazendo parte da ONU Intercolegial, que é uma experiência desafiadora e requer muito empenho e dedicação. Todavia, apesar de terem sido escolhidos por suas habilidades, nós como mesa iremos buscar ainda mais de vocês, então busquem aprimorar cada vez mais.

Durante os dias de simulação, a mesa da Câmara, estará à disposição para ajudá-los a tirar possíveis dúvidas e qualquer outra necessidade, então não hesitem em nos procurar em qualquer situação. O projeto é uma oportunidade única de aprendizado e crescimento, aproveitem todos os momentos o máximo que puderem.

Dos seus diretores soteropolitanos,

Marianna Pessoa, Thayanne Oliveira e Leonardo Lacerda.



2. SOBRE A SIMULAÇÃO

É com uma inestimável alegria e honra que expressamos as nossas boas-vindas à III ONU Intercolegial! Esse projeto, tão almejado a cada dois anos, congrega uma diversidade de pessoas e, por conseguinte, de ideias, as quais edificam o caráter multifacetado dessa vivência. A simulação, a qual é acolhida pelas unidades educacionais da Rede Jesuíta de Educação (RJE), evidencia que aquilo que nos difere é o que nos une.

Neste ano, celebramos o retorno da maior simulação da RJE ao modelo presencial. Desta vez, cabe ao Colégio Antônio Vieira, unidade localizada em Salvador, na Bahia, assumir as responsabilidades de sediar um evento de tamanha magnitude, cujo escopo espelha o histórico bem-sucedido da Companhia de Jesus do Brasil na promoção e fomento à cultura de simulações *MUN*, e acolher educadores e estudantes de todo o país, que convergem — apesar, ou até, muito por conta de suas diferentes vivências — em objetivo uníssono: formar cidadãos globais comprometidos com a diplomacia e o estudo analítico da realidade ao redor.

Nessa jornada de grande aprendizagem, contamos com o envolvimento genuíno dos participantes, dado que a entrega, o destaque e o elevado desempenho que conduziram os estudantes até a ONU Intercolegial são os aspectos que farão dessa experiência a mais agregadora, memorável e excepcional. Nesse sentido, a nossa Comissão Organizadora, composta por diretores e orientadores provenientes do Colégio Anchieta (Porto Alegre/RS), Colégio Antônio Vieira, Colégio dos Jesuítas (Juiz de Fora/MG), Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro/RJ) e Colégio São Luís (São Paulo/SP), tem empreendido inúmeros esforços, a fim de construir uma simulação que seja digna do nosso orgulho e memória.

Para tanto, objetivamos atender ao mote da Intercolegial, o binômio inovação e renovação. Isso porque, em primeiro lugar, buscamos agregar ao projeto formatos e linguagens inéditos, sempre tendo como base os experimentos internos dos colégios envolvidos, em suas próprias simulações. Por outro lado, reconhecemos que o motor do projeto é propiciar uma simulação ainda melhor da que nos foi ofertada no passado. Sendo assim, mantemos-nos à disposição para auxiliá-los nessa trajetória de trocas e crescimento, fazendo da III ONU Intercolegial uma vivência, verdadeiramente, diferenciada!

Com os melhores cumprimentos,

Beatriz Costa e João Pontes,
Secretários-gerais da III ONU Intercolegial



3. ESTRUTURA POLÍTICA DO PAÍS

O Brasil é um Estado-Nação regido pelo modelo de República Federativa Presidencialista. Para facilitar a compreensão, vale fragmentar o termo supracitado: “República” simboliza uma forma de governo em que o povo é soberano, governando o Estado por intermédio de representantes investidos nas suas funções em poderes distintos; “Federativa” refere-se às unidades federativas do Brasil (no país, são 27: 26 estados e um distrito federal), que são entidades subnacionais com certo grau de autonomia e dotadas de governo e constituição próprios; e “Presidencialista” significa que o governo possui um chefe de governo que também é chefe de Estado e lidera o poder executivo.

Herdada dos princípios iluministas do filósofo e escritor francês Montesquieu e venerada desde a primeira Constituição Republicana brasileira (1891), a tripartição dos poderes ocorre nas esferas judiciária, executiva e legislativa.

Art. 2º – São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

SenadoFederal

Entenda o que faz cada um dos Três Poderes

Projetado por freepik.com

EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO
O que faz? Dirige e administra o governo e representa o país no exterior. É quem toma decisões sobre economia, investimentos, construção e conservação de escolas, hospitais, estradas, etc.	O que faz? Vota as leis em nome da população e fiscaliza atos do Executivo.	O que faz? Aplica as leis, decidindo conflitos dos cidadãos entre si e entre os cidadãos e o Estado.
Quem exerce? Presidente da República; Governadores de estado; Prefeitos.	Quem exerce? Nacionalmente, senadores e deputados federais; Nos estados, os deputados estaduais (no DF, distritais); Nos municípios, os vereadores.	Quem exerce? Os juízes nas diversas instâncias e âmbitos da Justiça.



O poder judiciário é o órgão que possui a função de interpretar as leis elaboradas pelo Legislativo e promulgadas pelo Executivo, aplicando-as e julgando os que não as cumprem. Ou seja, esse setor tem o objetivo de defender os direitos de pessoa física, jurídica, animal ou ambiental. Dessa maneira, ele promove a justiça e resolve os conflitos que possam surgir na sociedade, mediante métodos como investigação, apuração, julgamento e punição.

De acordo com o artigo 92 da Constituição Federal, o poder jurídico possui os seguintes órgãos: O Supremo Tribunal Federal; O Conselho Nacional de Justiça; O Superior Tribunal de Justiça; o Tribunal Superior do Trabalho; Os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Os Tribunais e Juízes do Trabalho; Os Tribunais e Juízes Eleitorais; Os Tribunais Juízes Militares; Os Tribunais e juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Ademais, o poder judiciário é subdividido entre a Justiça Comum (Justiça Federal e Justiça Estadual) e a Justiça Especializada (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar). Tomando contornos específicos acerca da 7ª Justiça Federal, vale ressaltar o Supremo Tribunal Federal (STF), o órgão de maior destaque do poder jurídico, que possui, sobretudo, a função de guardar a Constituição Federal (garantindo a efetividade das leis dispostas no Pergaminho Maior) e de julgar ações penais contra autoridades com foro privilegiado, como deputados e senadores. Evidencia-se a proeminência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual tem a responsabilidade de padronizar a aplicação e interpretação da lei no Brasil (por exemplo, é ele que garante que um tribunal do Rio Grande do Sul aplique uma lei da mesma forma que é aplicada em Rondônia).

A primeira instância do poder jurídico é composta pelos juízes de direito, fóruns, juizados especiais cíveis e criminais que julgam casos de baixo potencial ofensivo e as turmas recursais. A segunda instância, por sua vez, é constituída pelos desembargadores, que possuem a função de julgar recursos interpostos contra as decisões provenientes da primeira instância.

Em seguida, o poder executivo, representado pelo presidente da República, pelos governadores e pelos prefeitos, eleitos pela população brasileira, tem como função administrar e governar, cada qual no nível que atua, devendo garantir o bem-estar da população, “tirando do papel” as leis e colocando-as na prática. Possui cinco princípios fundamentais: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim, o Executivo deve representar a população, governando de forma a atender aos interesses coletivos e garantir o bem-estar da população, por meio do planejamento e da utilização apropriada do dinheiro público, que são fiscalizados pelo legislativo.

O poder executivo é subdividido entre três níveis: O Nível municipal, em que os prefeitos são os responsáveis finais, juntamente com os vice-prefeitos; O Nível estadual e Distrito Federal - com governadores que lideram o Executivo com os



vice-governadores -; e o Nível federal (a União, onde tem-se o Presidente da República como representante máximo do Poder Executivo, junto do vice-presidente). Destaca-se, também, os agentes públicos que integram essa subdivisão de poderes: as secretarias (municipais e estaduais) e os ministérios (federais). Essas instituições amparam as decisões dos gestores, de modo a auxiliar com conhecimento especializado no campo de atuação.

Por fim, ao poder legislativo compete basicamente legislar (elaborar leis) e fiscalizar os atos do Executivo. No âmbito federal, o poder legislativo é exercido pelo Congresso Nacional - composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Na Câmara, ficam os deputados federais e no Senado, os senadores. No plano estadual, esse poder é exercido pelas Assembleias Legislativas por meio dos deputados estaduais.

O legislativo é efetivado nas esferas federal, estaduais e municipais. Ressaltando a esfera federal, o Congresso Nacional exerce sua função na elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, ordinárias e delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. Apenas nessa esfera é adotado o sistema bicameral, no qual o Senado e **a Câmara dos Deputados** atuam de maneiras distintas, mas coesas entre si. Cada casa detém trabalhos específicos e orçamentos distintos, mas unem-se no que diz respeito às aprovações das propostas de Lei.



Para que um projeto seja aprovado, ele precisa ser votado e validado pelas duas casas. De acordo com o site da Câmara dos Deputados, boa parte das



propostas são iniciadas pelos próprios deputados, mas nada impede que ocorra o contrário.

Quanto às tramitações dos projetos, funciona assim: o projeto é recebido pela mesa diretora da Câmara dos Deputados, que é composta pelo presidente da Câmara, pela Secretaria-Geral da mesa e pelo Plenário. A proposta é revisada e analisada pelos deputados federais que compõem essas estruturas, passa pelas comissões e volta ao Plenário para votação. Se o projeto for aprovado na primeira casa, ele será enviado para a segunda (geralmente o Senado), para que seja revisado. Nesse segundo momento, o projeto será novamente analisado e colocado em votação. Caso seja aprovado, ele será enviado para o Presidente da República, que pode vetar ou sancionar (aprovar) o projeto.

4. CONCEITOS GERAIS E ESPECÍFICOS

4.1 Conceitos gerais:

4.1.1 Crime de responsabilidade

Crimes de responsabilidade são uma série de infrações/conduitas ilícitas que quando efetuadas atentam contra:

- a própria Constituição;
- a existência da União;
- o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos estados;
- o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- a segurança interna do país;
- a probidade administrativa;
- a lei orçamentária;
- o cumprimento da lei e das decisões judiciais.

Apesar de ser descrito como crime, a rigor, não é um crime na acepção técnica do termo, visto que configura infração político-administrativa praticada por pessoas que ocupam determinados cargos públicos. E diferente de ilícitos comuns, apenas podem ser acusados de tais condutas agentes públicos, sendo eles o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Governadores e seus Secretários, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República. Ou seja, aquelas figuras públicas acusadas devido a qualquer conduta que ponha em risco a Constituição Federal, serão julgadas e punidas pela irresponsabilidade no exercício de suas funções primárias.

No tocante à natureza jurídica das condutas estabelecidas no art. 85, da CF, e na Lei nº. 1.079/50, há um debate nacional sobre serem os crimes de responsabilidade infrações de caráter meramente político-administrativo ou se seriam encarados como delitos penais.

A Lei nº 1.079/50 declara infrações político-administrativas aquelas que:



CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A EXISTÊNCIA DA UNIÃO

Art. 5º São crimes de responsabilidade contra a existência política da União:

1 - entreter, direta ou indiretamente, inteligência com governo estrangeiro, provocando-o a fazer guerra ou cometer hostilidade contra a República, prometer-lhe assistência ou favor, ou dar-lhe qualquer auxílio nos preparativos ou planos de guerra contra a República;

2 - tentar, diretamente e por fatos, submeter a União ou algum dos Estados ou Territórios a domínio estrangeiro, ou dela separar qualquer Estado ou porção do território nacional;

3 - cometer ato de hostilidade contra nação estrangeira, expondo a República ao perigo da guerra, ou comprometendo-lhe a neutralidade;

4 - revelar negócios políticos ou militares, que devam ser mantidos secretos a bem da defesa da segurança externa ou dos interesses da Nação;

5 - auxiliar, por qualquer modo, nação inimiga a fazer a guerra ou a cometer hostilidade contra a República;

6 - celebrar tratados, convenções ou ajustes que comprometam a dignidade da Nação;

7 - violar a imunidade dos embaixadores ou ministros estrangeiros acreditados no país;

8 - declarar a guerra, salvo os casos de invasão ou agressão estrangeira, ou fazer a paz, sem autorização do Congresso Nacional.

9 - não empregar contra o inimigo os meios de defesa de que poderia dispor;

10 - permitir o Presidente da República, durante as sessões legislativas e sem autorização do Congresso Nacional, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;

11 - violar tratados legitimamente feitos com nações estrangeiras.



CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O LIVRE EXERCÍCIO DOS PODERES CONSTITUCIONAIS

Art. 6º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados:

1 - tentar dissolver o Congresso Nacional, impedir a reunião ou tentar impedir por qualquer modo o funcionamento de qualquer de suas Câmaras;

2 - usar de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara a que pertença ou para coagí-lo no modo de exercer o seu mandato bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção;

3 - violar as imunidades asseguradas aos membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal e das Câmaras Municipais;

4 - permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional;

5 - opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças;

6 - usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício;

7 - praticar contra os poderes estaduais ou municipais ato definido como crime neste artigo;

8 - intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais.



CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS, INDIVIDUAIS E SOCIAIS

Art. 7º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:

- 1- impedir por violência, ameaça ou corrupção, o livre exercício do voto;
- 2 - obstar ao livre exercício das funções dos mesários eleitorais;
- 3 - violar o escrutínio de seção eleitoral ou inquirar de nulidade o seu resultado pela subtração, desvio ou inutilização do respectivo material;
- 4 - utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral;
- 5 - servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua;
- 6 - subverter ou tentar subverter por meios violentos a ordem política e social;
- 7 - incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina;
- 8 - provocar animosidade entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as instituições civis;
- 9 - violar patentemente qualquer direito ou garantia individual constante do [art. 141](#) e bem assim os direitos sociais assegurados no [artigo 157 da Constituição](#);
- 10 - tomar ou autorizar durante o estado de sítio, medidas de repressão que excedam os limites estabelecidos na Constituição.



CAPÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA INTERNA DO PAÍS

Art. 8º São crimes contra a segurança interna do país:

- 1 - tentar mudar por violência a forma de governo da República;
- 2 - tentar mudar por violência a Constituição Federal ou de algum dos Estados, ou lei da União, de Estado ou Município;
- 3 - decretar o estado de sítio, estando reunido o Congresso Nacional, ou no recesso deste, não havendo comoção interna grave nem fatos que evidenciem estar a mesma a irromper ou não ocorrendo guerra externa;
- 4 - praticar ou concorrer para que se perpetre qualquer dos crimes contra a segurança interna, definidos na legislação penal;
- 5 - não dar as providências de sua competência para impedir ou frustrar a execução desses crimes;
- 6 - ausentar-se do país sem autorização do Congresso Nacional;
- 7 - permitir, de forma expressa ou tácita, a infração de lei federal de ordem pública;
- 8 - deixar de tomar, nos prazos fixados, as providências determinadas por lei ou tratado federal e necessário a sua execução e cumprimento.



CAPÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A PROIBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

1 - omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo;

2 - não prestar ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;

4 - expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição;

5 - infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais;

6 - Usar de violência ou ameaça contra funcionário público para coagí-lo a proceder ilegalmente, bem como utilizar-se de suborno ou de qualquer outra forma de corrupção para o mesmo fim;

7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decôro do cargo.



CAPÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

1- Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da República dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;

2 - Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;

3 - Realizar o estorno de verbas;

4 - Infringir patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.

5) deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; [\(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)

6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; [\(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)

7) deixar de promover ou de ordenar na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; [\(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)

8) deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; [\(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)

9) ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; [\(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)

10) captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; [\(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)



11) ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; [\(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)

12) realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)

CAPÍTULO VII

DOS CRIMES CONTRA A GUARDA E LEGAL EMPREGO DOS DINHEIROS PÚBLICOS:

Art. 11. São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos:

1 - ordenar despesas não autorizadas por lei ou sem observância das prescrições legais relativas às mesmas;

2 - Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais;

3 - Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal;

4 - alienar imóveis nacionais ou empenhar rendas públicas sem autorização legal;

5 - negligenciar a arrecadação das rendas impostos e taxas, bem como a conservação do patrimônio nacional.

CAPÍTULO VIII

DOS CRIMES CONTRA O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIÁRIAS;

Art. 12. São crimes contra o cumprimento das decisões judiciárias:

1 - impedir, por qualquer meio, o efeito dos atos, mandados ou decisões do Poder Judiciário;

2 - Recusar o cumprimento das decisões do Poder Judiciário no que depender do exercício das funções do Poder Executivo;

3 - deixar de atender a requisição de intervenção federal do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral;

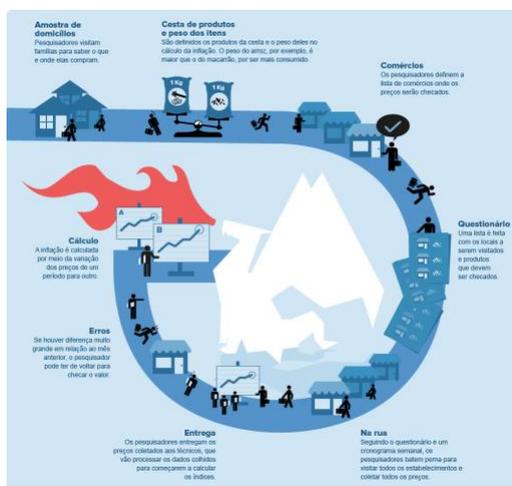
4 - Impedir ou frustrar pagamento determinado por sentença judicial



4.1.2 Inflação

Inflação é um termo da economia usado para designar o aumento generalizado de preços de bens e serviços. Com isso, a inflação representa o aumento do custo de vida e a conseqüente redução no poder de compra da moeda. Existem diversas causas que justificam esse aumento de preços, entre todas as causas, elas podem ser organizadas em: pressões de demanda, pressões de custo, inércia inflacionária e expectativa de inflação. As causas também podem ser divididas pondo em referência sua atividade, de curto prazo ou longo prazo, já que dificilmente a causa da inflação será única. As conseqüências são variadas, já que é um fenômeno que atinge diversas áreas da sociedade, a incerteza na economia afeta diretamente o crescimento econômico, os preços incertos e instáveis geram ineficiência econômica, o custo de vida sobe desfavorecendo as classes sociais mais baixas que ficam sem acesso à instrumentos financeiros.

A inflação é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação. O IBGE produz dois dos mais importantes índices de preços: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado o oficial pelo governo federal, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC.)



4.1.3 Balança Comercial

A balança comercial se trata do registro de valores de importação e exportação de mercadorias de uma região analisada, a comparação desses dois valores serve de um tipo de indicador econômico, sendo um dado quase tão importante quanto o PIB. Se os valores de exportação são maiores que de importação, diz-se que a balança comercial apresenta um superávit. Se ocorrer o contrário, há um déficit. A balança comercial é extremamente importante para o Comércio Exterior, já que é por ela que é sinalizado a condição comercial do país. Os detalhes podem ser vistos nos portais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Fazenda e do Banco Central.



4.1.4 Impeachment

O impeachment (impedimento), ou sanção de cessamento de mandato, é um processo político-jurídico conduzido pelo Congresso Nacional, ao qual o mesmo julga indivíduos com funções públicas que cometeram o que o Estado entende, a partir do art. 85 da CF/88, como Crime de Responsabilidade. Após toda a análise e julgamento, caso seja julgado culpado, o sujeito deverá deixar o cargo automaticamente com inabilitação de qualquer cargo público por até 5 anos. A Lei Nº 1.079 DE 10 DE ABRIL DE 1950, garante que a acusação de Crime de Responsabilidade pode ser requerida por qualquer cidadão que esteja em dia com suas obrigações eleitorais, sendo o processo de impeachment aplicado a cargos públicos como: Presidente da República, Ministro do Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal ou Procurador Geral da República. Vale ressaltar que a pessoa denunciada deverá estar exercendo o cargo no momento da denúncia.

Para uma denúncia contra o Presidente da República, faz-se necessário que o denunciante apresente à Câmara dos Deputados documentos que comprovem a acusação, mas caso não seja possível, deverá apresentar uma declaração de impossibilidade de apresentá-los com uma indicação do local onde possam ser encontrados, ademais, caso haja testemunhas sobre a acusação, o documento deverá apresentar também um rol com a declaração das testemunhas. A denúncia deverá passar primeiro pelo presidente da Câmara dos Deputados e depois por uma comissão formada por ele para confirmar se a mesma é coerente e está de acordo com as regras.

Sendo confirmada sua validade, essa denúncia passará por uma votação na Câmara dos Deputados e precisará ser aprovada por pelo menos $\frac{2}{3}$ dos deputados para seguir com o processo de impeachment, com esse objetivo alcançado, a denúncia deverá passar para a Câmara dos Senadores onde novamente deverá ser aprovada por no mínimo $\frac{2}{3}$ dos senadores. Nessa segunda parte da votação, a mesa dos senadores será presidida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde se destaca bem o teor jurídico do processo de impedimento. Com o impeachment aprovado, tanto pelos deputados quanto pelos senadores, temos a consumação do cargo presidente que deixará seu posto e terá seu lugar ocupado por pelo então vice-presidente que a partir daquele momento se torna o novo Presidente da República. Entretanto, caso haja denúncias de impeachment votadas e aprovadas contra o vice-presidente (agora presidente) antes da metade do seu primeiro mandato, haverá uma convocação para novas eleições diretas, mas caso julgamento seja após a metade do seu primeiro mandato terá eleição indireta a qual o Congresso irá escolher o novo presidente.



4.1.5 Milagre Econômico

O milagre econômico refere-se a época de grande desenvolvimento econômico brasileiro, tendo seu início no final da década de 60, tendo seu auge no governo Médici durante a ditadura militar. Esse período da história da economia brasileira é marcado, principalmente, pelo grande crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e das grandes obras que expandiram a infraestrutura do país. Outras características também marcaram o tal momento, tais como: o desenvolvimento industrial e a modernização da infraestrutura, resultando no crescimento das exportações brasileiras. Entretanto, também nesse cenário, o Brasil acabou intensificando a desigualdade social no país, além do aumento de danos ao meio ambiente, e, impulsionado pela Crise do petróleo em 1973 o governo acabou criando grandes dívidas externas. O milagre não foi tão próspero e teve seu fim logo nos primeiros anos da década de 70.

4.1.6 Ditadura Militar

Uma ditadura militar é um regime político autoritário no qual integrantes das Forças Armadas de um país tomam o governo e centralizam o poder político e administrativo de um Estado em suas mãos. Em sua maioria, as ditaduras militares são instauradas a partir de um golpe de Estado e se mantêm no controle através da cessação dos direitos civis e políticos, restrição de liberdade individual, perseguição contra opositores políticos, torturas físicas e mentais, manipulação midiática entre outras coisas.

Atualmente, o termo “ditadura civil-militar” também é bastante utilizado, mas a principal diferença entre uma ditadura militar para uma civil-militar é que na primeira o controle se concentra fortemente na mão dos militares, mesmo que haja aos olhos do público um civil representando o governo. Já na segunda, há uma mescla entre o controle civil e o controle militar em que tanto os militares como civis lideram, porém com níveis diferentes de participações.

4.1.7 Mandonismo

O mandonismo se trata da falta de direitos de alguns ante a imensa concentração de direitos e poderes de outros, sendo uma consolidação direta da desigualdade estrutural do país. Pode se encaixar em diversos âmbitos, mas fica muito claro em questões da política. Faz parte dessa prática ignorar e desautorizar demandas das minorias que lutam por mais direitos, direitos inalienáveis à sua condição como cidadãos. As raízes históricas desse tipo de situação vem no poderio do senhor de escravos que tinham o controle sobre a vida, o destino e até mesmo a morte de sua escravaria. O mandonismo está associado à concentração de renda e de poder político de famílias locais, que conseguem manipular a vida, as decisões e os posicionamentos daqueles que estão abaixo de si na classe social de poder.



4.1.8 Patrimonialismo

O patrimonialismo é uma abordagem política e social caracterizada pela relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado. Nesse contexto, ocorre a apropriação privada do bem público por parte dos governantes, gerando uma utilização dos recursos e interesses públicos em benefício pessoal, destituídos de ética ou moral, por meio de mecanismos públicos. Esta forma de governança é marcada pelo uso premeditado da política para alcançar ganhos privados, muitas vezes em detrimento do interesse coletivo. Uma das características centrais do patrimonialismo é a percepção distorcida que a maioria dos políticos tem do cargo público que ocupam, entendendo-o como uma "propriedade privada" sua ou de sua família, em vez de reconhecê-lo como um serviço prestado à sociedade. O patrimonialismo é associado a uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado, onde o governante age como se este pertencesse a ele ou a sua família, ignorando os princípios democráticos e a separação de poderes. Essa visão distorcida do papel do Estado contribui para a perpetuação de práticas corruptas e para o enfraquecimento das instituições democráticas.

4.1.9 Corrupção

A corrupção é um fenômeno que abrange diversas práticas ilícitas, todas convergindo para o desvio de recursos e direitos dos cidadãos. Essa conduta nefasta se manifesta em diferentes formas, sendo uma delas a concessão ou recebimento de vantagens indevidas, seja por parte de agentes públicos ou do setor privado, com o intuito de obter benefícios pessoais ou empresariais. Essencialmente, a corrupção representa uma violação da confiança pública e dos princípios éticos que regem as relações sociais e institucionais. Ao desviar recursos públicos, por exemplo, os corruptos comprometem o funcionamento adequado dos serviços essenciais oferecidos pelo Estado, afetando diretamente a qualidade de vida da população e minando a credibilidade das instituições democráticas. A concessão de vantagens indevidas, por sua vez, distorce a igualdade de oportunidades e favorece interesses particulares em detrimento do bem comum. Quando agentes públicos ou do setor privado se envolvem em práticas corruptas, estão agindo em benefício próprio, muitas vezes em prejuízo da coletividade, comprometendo a eficiência e a moralidade da administração pública e dos negócios.



4.2 Conceitos específicos:

4.2.1 Tribunal de Contas da União (TCU)

O TCU é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade.

4.2.2 Serviço Nacional de Informações (SNI)

O SNI foi instituído pela Lei N° 4.341, de 13 de junho de 1964. Seu Artigo 1° dizia: “É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional”.

Já o Artigo 2° estabelecia suas funções: “O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as **atividades de informação e contra informação**, em particular as que interessem à Segurança Nacional”.

5. HISTÓRICO DO TEMA

5.1 Governo Figueiredo (1979 - 1985)

João Baptista Figueiredo, último presidente do regime militar, ingressou na carreira política ao ser nomeado secretário geral do Conselho de Segurança Nacional do governo de Jânio Quadros. Participou do golpe militar de 1964 e, em seguida, passou a chefiar o Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro. Entre 1966 e 1967, comandou a Força Pública de São Paulo e, depois, o 1° Regimento de Cavalaria de Guardas. Ainda em 1969, foi chefe do Estado-maior do 3° Exército.

Em 1978, foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral. Ao tomar posse, disse que faria do Brasil uma democracia. Durante seu mandato, ocorreram vários atentados terroristas, atribuídos a setores ligados aos militares linha dura, descontentes com a abertura política promovida por seu governo. O mais famoso foi o no Riocentro, em 1981. No plano econômico, sua gestão enfrentou uma grave crise econômica, sendo a crise do petróleo um dos principais obstáculos.

A fim de escapar da dependência externa no petróleo, o governo colocou em prática a segunda fase do Proálcool. Este consistia em buscar alternativas de combustíveis renováveis. Assim, o Brasil passou a ser o único país a ter carros movidos a álcool. Da mesma forma, deu-se prosseguimento à construção das usinas nucleares em Angra dos Reis/RJ. Contudo, as obras foram progressivamente abandonadas devido à falta de recursos. A inflação atingiu US\$ 61 bilhões de dólares, em 1981 e o PIB estagnou.



5.2 Diretas Já (1983 - 1985)

As mudanças no cenário político despertam em 1983 um **movimento por eleições diretas para Presidente da República**, o qual ganha força com a apresentação pelo Deputado Dante de Oliveira, PMDB-MT, de uma emenda constitucional com idêntico objetivo. O movimento, que ficaria conhecido como "Diretas Já", cresceu espetacularmente em 1984 e empolga a população, com a realização de comícios em diversas cidades contando com a presença de artistas e lideranças políticas e a participação de multidões nunca antes vistas no Brasil.



As maiores manifestações reúnem cerca de 1 milhão de pessoas no Rio e 1,7 milhão em São Paulo. Contudo, não impedem que a Emenda das Diretas seja **derrotada** no Congresso Nacional no dia 25 de abril de 1984, ao faltarem 22 votos para a sua aprovação.

Três meses depois, a Frente Liberal, uma dissidência do PDS, faz um acordo com o PMDB mediante o qual o Senador José Sarney (ex-PDS) é indicado candidato a Vice-Presidente na chapa de Tancredo Neves (PMDB) à Presidência da República. Nascia aí a Aliança Democrática, que em 15 de janeiro de 1985 derrotaria o PDS na eleição no Colégio Eleitoral, obtendo 480 votos de um total de 686.

5.3 Mandato de Sarney

Para a eleição de 1985, os militares decidiram lançar por meio do Partido Democrático Social (PDS), o partido herdeiro do Arena, o candidato Paulo Maluf. Essa decisão desagradou José Sarney, que queria a realização de prévias no interior do PDS e não uma simples nomeação. Sarney era o presidente do PDS e acabou rompendo com o partido e mudando-se para o PMDB.

A oposição aos militares, formada sobretudo pelo PMDB (Partido da Mobilização Democrática Brasileira), decidiu mobilizar-se para lançar um candidato e concorrer contra Paulo Maluf. O candidato escolhido pelo PMDB foi



Tancredo Neves, tradicional político mineiro, e, como seu vice, foi escolhido José Sarney.

Houve intensa movimentação política no interior do Colégio Eleitoral e Tancredo Neves conseguiu sobressair-se ao candidato apoiado pelos militares, obtendo 480 votos contra 180 votos obtidos por Paulo Maluf. Com esse resultado, pela primeira vez em 21 anos, o Brasil teria um civil na presidência. **Era o fim da Ditadura Militar.**

A posse presidencial de Tancredo Neves estava marcada para acontecer no dia 15 de março de 1985. Nas semanas anteriores à posse, Tancredo escondeu de todos que sentia dores abdominais, porque temia que isso pudesse ser usado como justificativa pelos militares para se perpetuarem no poder. Ele planejava procurar tratamento médico após a posse, mas às vésperas dela, no dia 13 de março, acabou sendo internado às pressas.

A condução da situação de Tancredo foi precária, uma vez que ele foi operado em um hospital com condições técnicas e de higiene questionáveis. Ele foi transferido para São Paulo, passando por sete cirurgias, mas **acabou falecendo** no dia 21 de abril de 1985. Enquanto estava internado, o país questionava-se quem assumiria a presidência.



Após muito debate e muita negociação política, ficou decidido que o vice-presidente assumiria temporariamente até a recuperação de Tancredo Neves. Sendo assim, em 15 de março, José Sarney tomou posse como presidente interino do Brasil. Por uma ironia do destino, a presidência do Brasil, após a ditadura, caía no colo de um político que construiu sua carreira como apoiador da ditadura.

O falecimento de Tancredo Neves acabou confirmando **José Sarney como o primeiro presidente do Brasil** a assumir o cargo após a saída dos militares. Como parte do acordo de Tancredo com os militares, nenhum tipo de investigação dos crimes cometidos por militares na ditadura foi realizado. Por mais uma ironia da



história do Brasil, foi durante o mandato de Sarney, um político que apoiou todos os governos militares, que o país construiu a nova Constituição Democrática Brasileira, promulgada em 1988.

Seu governo foi marcado por uma **forte recessão econômica**, com elevados índices de inflação. As tentativas para combatê-la, como o Plano Cruzado e o Plano Verão, não deram resultado prático. Foi sucedido na presidência por Fernando Collor de Mello.

5.4 Panorama econômico do Brasil

Existe um grande dilema quando analisamos a década de 80 no Brasil, com tantos acontecimentos importantes e marcantes na história de nosso país, muitos historiadores debatem se foi ou não uma década “perdida”. Por um lado, se iniciou uma nova fase no Brasil, com o fim da ditadura militar, a promulgação da Constituição de 1988 e a tão esperada volta da democracia com as primeiras eleições diretas. Mas, em contraponto, o povo brasileiro encarava um desastre econômico. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, tornando os resultados desanimadores.

No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores. Apesar das conquistas democráticas, é impossível ignorar e deixar de lado tudo que levou a economia a estar em uma situação tão complicada.

O estado econômico do Brasil pós-ditadura já não era nada satisfatório, as mais de duas décadas deixou suas marcas e desafios extremamente difíceis de se superar, tanto nos âmbitos sociais quanto econômicos. Deixou como legado não apenas uma economia centralizada e altamente endividada, como também indicadores sociais desafiadores. Com a transição à democracia, um modelo de desenvolvimento baseado em investimento estatal e financiamento externo entrava em sua fase terminal e uma disputa de rumos tomava conta do cenário nacional. A inflação era descontrolada, atingindo níveis nunca vistos antes, e a dívida externa representava uma preocupação considerável. Na análise do deputado federal constituinte em 1988 Plínio de Arruda Sampaio, a avaliação do desempenho da economia deve ser dividida em duas características: infraestrutura física do país e infraestrutura humana. Nesses dois âmbitos, a década de 1980 foi extremamente negativa, não apenas pela queda do PIB mas também pelo acentuamento quanto ao desemprego, crise na educação pública e falta de recursos de saúde. Se usarmos uma métrica flexível, podemos dizer que o ano de 1980, no âmbito da economia, marca o fim do longo ciclo nacional-desenvolvimentista, iniciado em 1930.



Variação anual do PIB

1968–82, em porcentagens

O período de acelerado crescimento econômico – entre 1969 e 1973 – conhecido como “milagre brasileiro” acaba perto do fim da década. É notável a desaceleração do PIB entre 1981 e 1982.

1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
9,8	9,5	10,4	11,34	11,94	13,97	8,15	5,17	10,26	4,93	4,97	6,76	9,20	-4,25	0,83

Fonte: IBGE

A doutora em ciências políticas Sônia Miriam Draibe aponta sobre o período: “No final da década de 1980, 48,6% da força de trabalho ganhava até dois salários mínimos e 27,2% da população ocupada recebia um salário mínimo. Para se ter uma ideia dos baixos valores salariais e da crescente concentração de riqueza, vale assinalar o comportamento de participação da massa salarial na renda interna total: cai de 40,79% em 1970 a 37,9% em 1980 e em 1989 estava estimada em 30%. (...) O Brasil ingressa nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza”. É com esse panorama econômico extremamente desfavorável que Fernando Collor inicia seu mandato.

5.5 Posse de Fernando Collor

A posse de Fernando Collor de Mello como o 32º presidente do Brasil, em 15 de março de 1990, se tornou um marco na história do Brasil. Não apenas eram as primeiras eleições diretas, era a volta da democracia ao país, mas também o início de uma gestão que seria amplamente discutida e controversa. Fernando Collor tornou-se o mais jovem presidente do país, carregando consigo uma imagem acolhedora, que foi construída de pouco a pouco durante suas eleições. As revistas da época divulgavam e expandiram a construção de um presidente jovem, esportista, que pratica diversos esportes, moderno, de boa forma física, associando sua boa formação ao seu caráter. Além dessa retratação impulsionar sua candidatura, tornou Collor muito mais que um presidente, um ídolo. No discurso de posse, prometeu eliminar a inflação — que havia superado o índice de 80% ao mês e atingido, em cinco anos, uma taxa superior a 1.000.000% —, modernizar o país e moralizar a administração pública. Destacou, também, que a modernização seria um instrumento de combate ao “egoísmo doentio” de uma parcela da elite brasileira, anacrônica, atrasada, detentora de privilégios cartoriais e defensora de interesses exclusivamente particulares.



Collor ascendeu à presidência pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), buscando consolidar uma plataforma política que refletisse um compromisso com a reconstrução nacional e o desenvolvimento econômico. O partido defendia princípios de renovação e modernização, propondo-se a enfrentar desafios prementes, notadamente a hiperinflação que assolava a economia brasileira na época. Com Collor no poder, ele representava as vontades do partido e enfatizava a necessidade de reformas estruturais, a eficiência na gestão pública e a busca pela estabilidade econômica como pilares fundamentais para a revitalização do país.



Em seus primeiros atos como presidente, assinou cinco medidas provisórias e quatro decretos, referentes à redução do número de ministérios, à demissão de servidores públicos e à venda de imóveis do patrimônio federal. Seu ministério foi o menor dos 30 anos anteriores: Zélia Cardoso de Melo (Economia, Fazenda e Planejamento), Osiris Silva (Infraestrutura), Bernardo Cabral (Justiça), Francisco Rezek (Relações Exteriores), Carlos Chiarelli (Educação), Margarida Procópio (Ação Social), Antônio Rogério Magri (Trabalho e Previdência Social), Joaquim Roriz (Agricultura e Reforma Agrária), general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes (Exército), almirante Mário César Flores (Marinha) e tenente-brigadeiro-do-ar Sócrates da Costa Monteiro (Aeronáutica). Com status de ministros, tomaram posse ainda José Lutzemberger (Secretaria de Meio Ambiente), José Goldemberg (Ciência e Tecnologia), e Artur Antunes Coimbra, o Zico, ex-jogador de futebol (Esportes). Confirmando os rumores que já circulavam desde a época de campanha, o Ministério da Cultura foi extinto.

No dia seguinte, o governo anunciou seu Plano de Estabilização Econômica, ou Plano Brasil Novo, que ficaria conhecido como Plano Collor.

5.6 Plano Collor I

Como uma de suas primeiras ações em seu mandato, a mais significativa de longe, em 1990 o Plano Collor, ou Plano Brasil Novo, foi divulgado e implementado, um planejamento econômico cujo objetivo era controlar a hiperinflação que



assolava o país. Hoje em dia já se sabe que ainda no período das eleições, Fernando Collor junto ao PRN já debatiam e planejavam o protótipo do plano econômico, sendo um dos objetivos do partido, que sempre reforçava o almejo pela estabilização econômica. Sob a liderança do presidente Fernando Collor de Mello e da então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Melo, a iniciativa tinha como objetivo central enfrentar a hiperinflação e estabilizar a economia nacional através do congelamento do passivo público.

O Plano Collor foi decretado por meio de uma medida provisória, ou seja, ele não foi levado ao Congresso Nacional para que fosse votado. Após a posse do presidente, houve três dias de “feriado bancário”. Então, depois do feriado, o presidente explicou para a população como ele e a ministra da fazenda, Zélia Cardoso de Melo, pretendiam controlar a inflação. O Plano Brasil Novo, propunha três mudanças principais na economia: a reforma fiscal, o anúncio de política de rendas e a reforma monetária. Para realizar essas mudanças, diversas medidas foram tomadas, como o início da privatização das estatais, troca do cruzado novo pelo cruzeiro, flutuação cambial controlada pelo governo, abertura do mercado para o exterior e reforma administrativa. Além disso, foi criado o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF). Foi um plano econômico marcado pela desestatização nacional, com a privatização de 18 empresas, entre elas a USIMINAS e VASP. Entretanto, de longe, as medidas mais polêmicas e que geraram insatisfação popular foram o confisco das poupanças e o congelamento de preços e salários.

A intenção por trás do confisco de poupança era o confisco de 80% das operações overnight (prática de depositar o dinheiro em um dia e retirá-lo no outro, visando ganhar um lucro, e também visando repor a depreciação monetária causada pela inflação galopante) e depósitos em contas correntes e poupanças superiores a Cr\$ 50.000,00, por um prazo de 18 meses, que tinha por objetivo reduzir a circulação de moedas. Essa medida foi aprovada pelo Congresso e potencializou ainda mais a crise econômica que o Brasil vivia. A justificativa dada para a população era de que o governo utilizaria o valor retido para financiar os projetos econômicos, e que, ao final dos 18 meses, o valor seria devolvido com a correção de juros de 6% ao ano. Mesmo sem saber que, no futuro, tal valor não seria devolvido, a população se revoltou, extremamente insatisfeita com a medida, empresas tiveram que fechar suas portas, as taxas de desemprego subiram e a classe média teve o seus ganhos confiscados. Além disso, com o congelamento dos preços, os estabelecimentos comerciais não poderiam mais regular os preços de acordo com a lei da oferta e demanda. Todos teriam que obedecer o tabelamento de imposto do Governo. O salário da população também foi congelado. Entretanto, nenhum dos congelamentos conseguiu controlar a inflação.

Os responsáveis pelo Plano Collor podem argumentar que escolheram uma estratégia que, à primeira vista, pararia a inflação, seguindo o princípio de que o excesso não faz mal. A curto prazo, isso pode parecer verdadeiro, mas surgem



problemas a médio e longo prazos. Um desses problemas é a intensidade e o controle da recessão nos próximos meses. Há menos dinheiro disponível do que em 15 de março, quando foi consultado. Embora esse dinheiro esteja circulando mais rapidamente, a velocidade não é algo que o governo consiga controlar, especialmente porque muitas pessoas estavam guardando dinheiro em casa. Além disso, o sistema financeiro não funcionava de maneira ideal, o que significa que a economia não estava operando como deveria, como se fosse um sistema de vasos comunicantes, para usar uma comparação comumente usada. Com certeza nenhum dos responsáveis pelo planejamento do plano econômico ou o próprio presidente tinham dimensão de suas consequências e como elas iriam afetar o resto do mandato.

As íntegras das novas medidas administrativas e econômicas

Páginas 22, 23, 24 e 25



O tempo no Rio: céu parcialmente nublado e nublado, sujeito a pancadas de chuva. Temperatura estável. A máxima de ontem foi de 36,7 graus, em Bangui; a mínima, 23, no Alto da Boa Vista. Página 30

O GLOBO

Imperativo moral

As profundas mudanças na administração federal instituem uma mentalidade de severa austeridade — e mostram um caminho a seguir aos demais Poderes e níveis de governo do País. Editorial, página 4

Vice-Presidentes:
ROGÉRIO MARINHO JOÃO ROBERTO MARINHO

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO
ANO LXV — RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 17 DE MARÇO DE 1990 — Nº 20.569

Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO Diretor de Redação: EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

Collor bloqueia o dinheiro



Zélia Cardoso de Melo, entre Antônio Kandir, Secretário do Planejamento, e Ibrahim Eris, Presidente do BC, explica o plano em entrevista coletiva

No plano econômico mais radical já decretado no País, considerado duro demais até pelo ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, o Plano Collor determina que o dinheiro em contas correntes ou cadernetas de poupança só pode ser sacado até o limite de NCZ\$ 50 mil. O restante ficará retido no Banco Central durante 18 meses, rendendo correção monetária e 6% de juros ao ano, e depois deste prazo só poderá ser sacado em 12 parcelas mensais. No caso de **overnight**, contas remuneradas e fundos de curto prazo, o saque é de até NCZ\$ 25 mil ou 20% do saldo (o que for maior), e sobre o valor sacado serão pagos 8% de tributação. As empresas também só poderão utilizar 20% de suas aplicações no over para pagar salários. Se o dinheiro for insuficiente, terão que recorrer ao crédito bancário ou à linha de desconto do BC.

Congresso reage com perplexidade

O Legislativo reagiu com perplexidade diante do novo plano. As lideranças políticas foram cautelosas evitando analisar as mudanças. O Líder do PDS, Amaral Neto, admitiu rever seu apoio a Collor, já o socialista João Hermann achou que as medidas "podem dar bons resultados". Em atitude inédita, Collor foi a pé do Palácio do Planalto ao Congresso para entregar as medidas, que devem ser votadas em 30 dias.

As consequências do Plano Collor foram complexas e multifacetadas. A população reagiu de maneira intensa ao confisco, gerando protestos e descontentamento generalizado. Ademais, a medida afetou a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais e teve impactos sociais significativos. Do ponto de vista econômico, o plano não logrou êxito completo em suas metas. Embora tenha inicialmente controlado a inflação, a estabilidade econômica foi de curta duração, o país enfrentou desafios subsequentes, incluindo crises financeiras e recessão. Diante do fracasso evidente de seu plano econômico, Fernando Collor não teve outra saída a não ser reavaliar suas estratégias econômicas. Sua postura perante às adversidades da implementação do Plano Brasil Novo foi caracterizada pela revisão de suas políticas, o governo reconheceu todos os impactos sociais e econômicos negativos juntamente com o descontentamento da população.



5.7 Plano Collor II

Com todo o caos que emergiu no país depois da execução do Plano Collor I, não existia outro meio a não ser suspender as ações. Apesar do descontentamento geral do público, do aumento do desemprego, do fechamento de empresas, Fernando Collor não iria desistir de suas tentativas de controlar a hiperinflação que assolava o Brasil. Foi então que, em 1991, surgiu o Plano Collor II, elaborado em resposta às limitações e às consequências indesejadas do plano anterior e com o objetivo de reparar todas as incoerências antecedentes.

Diferentemente do Plano Collor I, cujo foco principal recaiu sobre o confisco de ativos financeiros e medidas abruptas de abertura econômica, o Plano Collor II buscou uma abordagem mais equilibrada, apesar de ainda ser bastante radical. A intenção era corrigir os desequilíbrios gerados pela implementação anterior, buscando mitigar os impactos sociais negativos e promover uma estabilização econômica mais consistente. O Plano Collor II manteve o compromisso com a estabilização econômica e adotou estratégias menos impactantes e mais gradualistas em comparação ao seu antecessor. O objetivo era tentar conter e controlar a insatisfação da população. Além disso, o plano econômico reconheceu a necessidade de reformas estruturais e aprimoramento do sistema financeiro, visando promover uma recuperação econômica mais sustentável. A ênfase recaiu sobre a estabilização da moeda e o reequilíbrio das contas públicas.

O economista e cientista político Luiz Carlos Bresser-Pereira publicou sua avaliação do plano econômico na Folha de São Paulo, em fevereiro de 1991: “Minha avaliação inicial do Plano Collor II é de que suas probabilidades de êxito não são grandes, embora existam. O plano possui grandes méritos, a partir de um mérito fundamental: a equipe econômica teve a humildade e a flexibilidade de rever sua estratégia. Possui, entretanto, uma inconsistência econômica básica e duas insuficiências que arriscam seu êxito, uma econômica, outra política.” E assim como Luiz Carlos Bresser avaliou, o Plano Collor II realmente tinha uma inconsistência, igualmente como o primeiro, suas consequências foram consideráveis.

Logo no início de sua implementação os dados da inflação começaram a diminuir, iniciando uma onda de esperança e um clima menos hostil, mas em maio daquele mesmo ano os números inflacionários voltaram a subir.

Entre as consequências imediatas, destaca-se a continuidade do clima de incerteza econômica, exacerbado pela falta de confiança nas instituições governamentais. O plano também desencadeou debates intensos sobre a eficácia de suas estratégias e as implicações a médio e longo prazo para a estabilidade econômica do país. Os setores mais afetados, notadamente aqueles que já haviam sofrido os impactos do Plano Collor I, demonstraram resistência e descontentamento. A reação da população foi manifestada por meio de protestos



e insatisfação generalizada, resultando em um cenário de instabilidade social e política. Com a falha de mais um plano econômico, utilizando seus últimos recursos, Fernando Collor surge com mais um plano econômico.

5.8 Plano Marcílio

Ainda na tentativa de controlar a crise de hiperinflação que aumentava cada vez mais, a então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, foi substituída, em 10 de maio de 1991, pelo economista e embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira.

Ao assumir o cargo, Marcílio colocou em prática o que o economista, Bresser-Pereira, afirma ter sido o décimo primeiro plano de estabilização aplicado no Brasil, o Plano Marcílio. O novo plano era uma clássica tentativa de medidas de estabilização econômica, que possuía um cunho ortodoxo sendo aprovada em 1992 pelo FMI. Por mais que, a princípio, as medidas de Marcílio não apresentassem um plano específico como os planos anteriores (Plano Collor I e o Plano Collor II), segundo o sociólogo Sallum Júnior, o plano recebeu reações positivas por parte do empresariado em relação a negociação da dívida externa e na captação de novos externos mesmo que estes também se mantivessem cautelosos em relação ao potencial recessivo da ortodoxia fiscal e monetárias prometidas.



Marcílio Marques, em 1989, dando entrevista como embaixador do Brasil em Washington.

Logo no início da gestão, houve descongelamento de preços, elevação dos índices de inflação, elevação da taxa de juros e liberação dos cruzados bloqueados no começo do governo Collor. A pressão da população e do empresariado foi crucial para as medidas do governo. Os grupos citados anteriormente exigiram o desbloqueio do cruzado o quanto antes e toda essa intimidação levou o governo a



antecipar em um mês a tão esperada liberação. O que antes estava programado para acontecer no dia 15 de setembro foi antecipado para o dia 15 de agosto. Segundo os economistas Cristian Andrei e Fernando Sampaio, essa devolução voluntária “visava reforçar a credibilidade e combater a crescente incerteza quanto à condução da política econômica”. A liberação dos cruzados apenas atingiu as contas com saldos de até Cr\$ 200 mil (US\$ 600), englobando um volume de recursos de cerca de US\$ 2 bilhões. De acordo com algumas críticas, a liberação dos preços se deu com base no relaxamento progressivo via câmaras setoriais em meio a uma rápida elevação da inflação. No mês de setembro, quase todos os preços já estavam liberados.

O governo, com receio de que, com a disponibilização dos valores bloqueados, houvesse um aquecimento do consumo e crédito, criou o DER (Depósitos Especiais Remunerados), um ativo que possuía liquidez diária e rentabilidade acima de outras aplicações financeiras e que tinha como função ser o destino dos valores bloqueados. O resultado do desbloqueio das contas foi o aumento da inflação de 12,88% para 18,44% entre agosto e dezembro. Não parando por aí, o cenário econômico acabou não respondendo de maneira positiva a política de altas nas taxas de juros que foi aplicada anteriormente, já que, por consequência, o BACEN (Banco Central do Brasil) começou a remunerar seus títulos acima de 3% a 4% acima das taxas reais. E ainda com a elevação na taxa de juros, a desestabilização do cenário macroeconômico e o avanço da inflação não foram contidos.

A essa altura, a população se encontrava cada vez mais insatisfeita com o governo Collor. Em setembro daquele ano, o Datafolha apontou que o prestígio do governo estava caindo cada vez mais, enquanto apenas 18% do povo considerava a gestão boa ou ótima, 42% considerava ela ruim ou péssima. O claro descontentamento social era cada vez mais uma questão preocupante na época.

Com o passar do tempo, começou a ficar cada vez mais forte o interesse do governo em se aproximar do mercado internacional. Logo se iniciaram as negociações com o FMI numa tentativa de aproximação com os Estados Unidos já que o fundo estava ligado às medidas propostas no Consenso de Washington. Em meio ao caos, a gestão de Marcílio começou a fazer pequenos progressos ao tentar se aproximar dos EUA, uma vez que o gerente de fundos juntamente com sua equipe econômica passou a frequentar o Brasil com uma certa frequência e sempre mostrando o seu apoio. Entretanto, o governo enviou uma carta para o FMI com uma promessa completamente inviável para aquele cenário, na carta, a gestão prometia reduzir a inflação para 2% no final de 1992.

Com a atual situação, o economista Pedro Malan foi designado para a realização das negociações da dívida externa com o FMI. O governo e o fundo finalmente chegaram, em julho de 1992, a um acordo de princípios (*agreement in principle*) que era pré-fixado nos modelos do Plano Brady. Malan explicou que



havia sido negociado um “bônus de desconto” (discount bond) que transformava uma dívida de US\$100 em uma de US\$ 60, ou seja, oferecia uma desvalorização de 35%. Malan explicou também que também existia um bônus par” (par bond) que possuía um prazo de 30 anos, nela a dívida não sofria uma redução no seu valor, mas possuía uma estrutura de juros que começava do baixo do mercado e ia crescendo gradualmente. As negociações de dívidas duraram dois anos para serem completadas, tendo seu início em junho de 1991 sua conclusão em abril de 1994, entretanto, foi considerada uma vitória uma vez que os US\$60 bilhões de dívida (impagável para o cenário) foi definida de novas maneiras sob os moldes do Plano Brady.

Em janeiro de 1992, Collor decide adotar uma nova filosofia política e econômica para o país e envia uma carta para o Congresso Nacional intitulando seu governo como “liberal” , convidando o país a implementar o social-liberalismo como um sistema econômico. Collor tinha esperanças de trazer uma nova fórmula econômica, uma vez que as anteriores tinham falhado quase que completamente. Collor passou a defender que o liberalismo conservador não condizia mais com o desenvolvimento e a modernização das sociedades em mudança. Em fevereiro de 1992, notou-se uma queda da inflação que se estendeu até abril daquele mesmo ano, indo de 21,4% para 19,93%. Segundo Andrei e Sampaio, essa queda foi ocasionada pela contenção dos reajustes de tarifas de câmbio, juros, preços dos alimentos, das matérias primas e dos custos salariais. Esses fatores se deram por conta de uma contração da demanda e um aumento do número de demissões.

Em 2 de outubro de 1992, Marcílio deixa o cargo de Ministro da Fazenda que foi ocupado pelo advogado e político Gustavo Krause. A esse ponto, Collor já havia sido afastado do cargo devido ao processo de impeachment

5.9 Denúncia de Pedro Collor Contra o Esquema de Corrupção



“Pedro Collor conta tudo”, essa era a manchete que acompanhava a face de Pedro Collor de Mello que estampava as capas das revistas Veja, na edição de maio de 1992, pelas bancas de jornais de todo o país. A partir daquele momento, daquela edição, começaria mais um período extremamente importante para a política brasileira, o começo do processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.

Em maio de 1992, Pedro Collor, irmão do até então presidente da república, Fernando Collor, concedeu uma entrevista exclusiva ao jornalista Luís Costa Pinto para a revista Veja. Em sua



declaração, Pedro Collor denunciou um esquema de corrupção que estaria ocorrendo no governo de Fernando Collor desde antes do seu mandato, o esquema que mais para frente seria nomeado como Esquema PC Farias.

O empresário Paulo César Cavalcante Farias, também conhecido como PC Farias, foi o tesoureiro da chapa de Fernando Collor e Itamar Franco nas eleições de 89. Segundo Pedro Collor, durante o mandato do seu irmão, PC Farias se envolveu em diversas áreas do governo, planejou e liderou um grande esquema de corrupção, Pedro também afirmou que PC seria um "Testa de Ferro" de Fernando. Para além das acusações, Pedro Collor também apresentou provas que apontavam o envolvimento do seu irmão com PC em um caso de desvio de dinheiro. O delito se baseou em utilizar da campanha eleitoral de Collor como caixa 2. Sendo assim, algumas empresas fantasmas e contas no exterior foram abertas e recebiam verbas públicas desviadas. Além disso, o irmão do presidente deixou claro que um apartamento localizado em Paris, que foi adquirido pelo tesoureiro, na verdade pertencia a Fernando Collor, "(...) em patrimônio pessoal, Fernando sai mais rico do governo. Sem dúvida nenhuma." afirmou Pedro Collor.

"Qual foi o principal mote da campanha do Fernando? Quem roubava ia para a cadeia. Na prática, estou vendo uma coisa completamente diferente. Ninguém pode enrolar todo mundo o tempo todo" - Pedro Collor para a Revista Veja.

"O Fernando é incapaz de sentar em uma mesa e dizer assim: '\O negócio é o seguinte: preciso de uma grana para a minha campanha. Me ajuda\'. Pode estar nu e sem sapato que não pede ajuda. Já o PC toma. Deixa você nu se for possível", disse."São os métodos. O PC é o erudito do roubo, da corrupção, da chantagem. Os outros têm uma aspiração, mas também têm um teto. O PC não tem limites." - Pedro Collor para a Revista Veja

As denúncias consistiam principalmente em **tráfico de influências** (utilização do cargo para obter vantagens indevidas para si ou pra outro alguém), **irregularidades financeiras** (remessa ilegal de divisas para o exterior, sonegação de impostos e cobrança de comissão a empresas na construção de obras públicas) e a **existência de contas bancárias fantasma**.

Na época das denúncias, Pedro Collor havia sido recentemente afastado, pela própria mãe, do cargo de diretor da empresa Arnon de Melo, empresa fundada pelo pai dos irmãos Collor sendo um dos grupos mais importantes de comunicação das regiões Norte e Nordeste, sob alegações de que ele sofria de problemas mentais. Somado com o fato de Pedro ter declarado, na entrevista a revista, que o Fernando e PC pretendiam criar uma nova empresa de comunicação que competiria com a Arnon de Melo na região, não demorou para boatos que afirmavam que o principal motivo para Pedro ter feito a denúncia tivesse sido o rancor pelo seu irmão e sua família se espalhassem. Entretanto, Pedro Collor, em



uma entrevista concedida ao programa Roda Viva Retrô em 1992, afirmou que sua denúncia não foi motivada por isso e que, independentemente de ter sido afastado ou não, em algum momento e de alguma forma, essas acusações seriam expostas. Adicionalmente, também em entrevista, o irmão do presidente deixou claro que o real motivo para seu afastamento da diretoria da empresa foi o fato de ele ter dito para sua família que iria denunciar tudo o que sabia.

Ainda na entrevista, Pedro desmentiu as acusações da sua mãe em relação ao seu estado mental e deixou explícito que se submeteu a exames psicológicos, os quais foram abertos aos público, que comprovaram sua sanidade mental. Ao ser questionado se ele acreditava que, caso seu irmão realizasse os mesmos testes, eles dariam negativo, Pedro afirmou ser algo delicado e não saber responder, mas pontuando o quão ótimo seria se Fernando fizesse os testes, uma vez que ele sempre foi uma figura um tanto explosiva e agressiva.

5.10 Pedido e Processo de Impeachment e o Movimento dos Caras Pintadas

Após as denúncias de Pedro Collor, uma série de investigações foram abertas para analisar o caso de Fernando Collor e os crimes, os quais o chefe do Executivo foi envolvido tanto pela justiça comum quanto pelo Congresso Nacional que abriu uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquéritos). Simultaneamente, um processo de impeachment foi protocolado contra Fernando Collor na Câmara dos Deputados por Marcelo Lavenère e Barbosa Lima Sobrinho no dia 3 de setembro de 1992. O pedido de impeachment apresentava como argumento base a acusação de que o então presidente havia cometido crimes de responsabilidade, de acordo com o artigo 85 da Constituição Federal de 1988 e com a Lei 1.079 de 1950.



O jornalista Barbosa Lima Sobrinho (centro) acompanha a entrega do pedido de impeachment de Collor para Ibsen Pinheiro (à esq., do PMDB-RS), então presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília, em setembro de 1992.



Não foram poucas as tentativas de Collor de livrar a sua imagem durante todo o processo. Um de seus últimos esforços de escapar das denúncias consistiu em reunir e apresentar documentos que dariam uma explicação para a origem ilícita do seu dinheiro. Claudio Vieira, secretário particular de Collor, por meio desses documentos, tentava comprovar que obteve um empréstimo de US 3,75 milhões no Uruguai para a campanha eleitoral de Collor e que esses milhões teriam sido convertidos para 318 kg de ouro, que teria sido adquiridos juntamente com o doleiro uruguaio Najun Turner. Essa explicação apresentada em um depoimento à CPI do Collorgate, em junho de 1992, tinha como intenção provar que as despesas de Fernando Collor, que eram muito maiores que seus rendimentos, não foram custeadas por PC Farias e sim pelo empréstimo, entretanto, essa tentativa de se livrar do impeachment falhou e toda essa situação passou a ser conhecida como “Operação Uruguai”.

Durante todo o processo de acusação e de julgamento de impeachment, a população brasileira estava a par do que estava acontecendo no país e diversos protestos contra Collor tiveram seu ápice em agosto e setembro de 1992. Um movimento estudantil em específico marcou esse período de processo de impeachment, o chamado Movimento Caras-Pintadas.



Em 16 de agosto de 1992, antes do impeachment, Collor foi a público e discursou incentivando a população brasileira a sair nas ruas usando as cores da bandeira do Brasil em demonstração de apoio ao seu governo. Entretanto, as coisas não saíram como o esperado e no mesmo dia de seu discurso foram registrados protestos em diversas cidades do país em que os protestantes saíram com os rostos pintados de preto, verde e amarelo enquanto vestiam roupas pretas em uma clara demonstração de repúdio ao governo e apoio ao processo de



impeachment. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes (UBES) foram as articuladoras dos mais de 10 mil jovens presentes nos protestos. As mobilizações do Caras-Pintadas prosseguiram por diversos dias até o tão aguardado impeachment ganhando cada vez maiores proporções chegando ao ponto de no dia 25 de agosto a FGV ter registrado cerca de 400 mil estudantes nos protestos apenas em São Paulo.

O Movimento Caras-Pintadas foi um marco porque para além de números de pessoas, a mobilização conseguiu reunir diferentes entidades de representatividade da sociedade civil, como a UNE, UBES, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em acréscimo, o movimento também conseguiu alinhar de um mesmo lado partidos políticos de espectros distintos que estavam apoiando o impeachment.

6. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O ano é 1992 e o Brasil passa por uma crise política e econômica que está desestabilizando o país. A inflação oscila dia após dia, o poder econômico dos brasileiros está cada vez menor. Em meio a esse caos, poupanças são confiscadas e nas manchetes o que aparece é que o dinheiro simplesmente sumiu da conta da população. O número de desemprego sobre empresas fecham e, para piorar a situação, Fernando Collor se envolve em um suposto escândalo que o acusa de corrupção.

O presidente que tinha como maior objetivo a reestruturação da economia brasileira foi acusado de fazer o contrário, seus planos econômicos que confiscaram poupanças e trancaram contas correntes apenas abalaram ainda mais a fraca estrutura econômica do país. O povo tenta buscar por uma solução, indo às ruas para protestar e buscar por uma resposta. Em um país em que a democracia mal foi reconstruída, os políticos começam a considerar o impeachment de Fernando Collor.

No dia 1º de junho de 1992, o Congresso Nacional instala uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar os negócios de PC Farias no Governo Collor, tendo como Presidente, Deputado Benito Gama, e Relator, Senador Amir Lando.

Os senhores deputados, tendo ciência de todo o seu processo, desde o seu início até a abertura da CPMI, tem a responsabilidade de decidir o futuro do país, já que estão no dia **29 de setembro de 1992**, dia em que a Câmara dos Deputados vai se reunir para decidir pela abertura ou não do processo de impeachment contra o atual presidente da República.



7. POSICIONAMENTO DO JORNAL

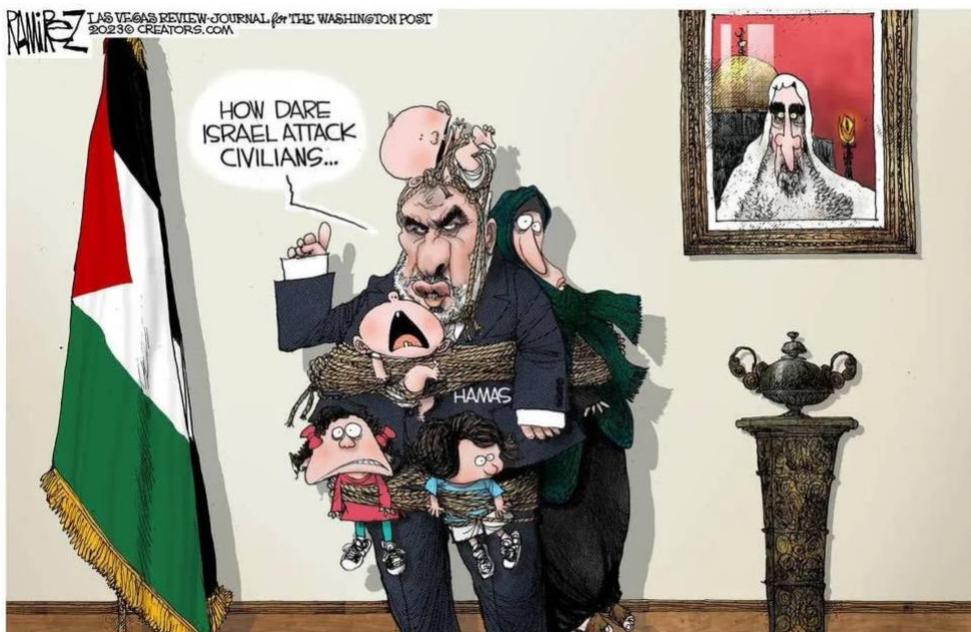
7.1 THE WASHINGTON POST

No contexto do impeachment de Collor, o Washington Post posiciona-se contrário a essa medida. O jornal entende que a política de governo do presidente é procedente com as necessidades do país e suas produções noticiosas deverão caracterizar o impeachment como inconstitucional.

O The Washington Post é um jornal estadunidense, com sede em Washington DC, capital dos Estados Unidos. É um dos maiores jornais do país norte-americano e um dos mais tradicionais desde a sua criação em 1877. Seu foco é cobrir temas relacionados à política nacional e internacional. O jornal também possui diversas colunas de opinião, em que são possíveis de encontrar artigos e charges sobre os mais variados temas.

Seu posicionamento é em defesa da democracia e possui um viés liberal, dentro dos moldes ocidentais. O proprietário do jornal é o bilionário estadunidense Jeff Bezos, também dono da Amazon. O The Washington Post não recebe qualquer patrocínio do governo estadunidense e defende a liberdade para o fazer jornalístico. Em suas charges e tirinhas é possível encontrar produções com críticas à diversas nações, em sua maioria àquelas que vivem sob regimes ditatoriais.

Crítica ao Hamas e a prática de escudos humanos com mulheres e crianças por parte do grupo.



“Como Israel ousa em atacar civis...”



7.2 SPUTNIK

O jornal Sputnik assume uma posição crítica ao governo Collor e defende o impeachment em virtude das decisões políticas do presidente. O apelo do jornal é, sobretudo, para que os leitores percebam as irregularidades nas atitudes de Collor e clamem pela sua saída do poder.

O jornal Sputnik é uma agência de notícias lançada pelo governo russo, operada pela empresa estatal Rossiya Segodnya, sendo um jornal de cobertura internacional, possuindo filiais em diversos países como por exemplo, o Sputnik Brasil no território brasileiro que faz a cobertura da política nacional.

O Sputnik cobre notícias políticas e econômicas globais direcionadas a um público internacional. Os serviços trabalham em mais de 30 idiomas e em mais de 34 países, atingindo um número total de visitantes ao website de mais de 54 milhões de pessoas ao redor do globo, se estabelecendo como uma grande mídia internacional

O posicionamento do jornal é forte e preciso, sendo geralmente visto como tendo uma inclinação pró-governo russo, refletindo em grande parte as perspectivas do governo. Como consequência dessa inclinação, por vezes suas matérias exibem conteúdo com visão favorável das ações e políticas da Rússia, com, por vezes, adotando certa criticidade em relação aos países ocidentais.

O Sputnik é alvo de ataques por parte do Ocidente por ser considerado por alguns uma ferramenta de governo russo para propaganda no exterior e por ser um jornal considerado "anti-ocidental". Para exemplificar a dualidade russo-americana é interessante comentar que em 2017 a rede norte-americana Twitter, hoje conhecida como "X", bloqueou anúncios publicitários na conta de comunicação do Sputnik devido a suspeitas de uma possível interferência na eleição do país americano.

A página de erros do Sputnik Brasil exemplifica bem o posicionamento anti-ocidental do jornal controlado pela estatal russa:



Figura 12: Charge que exemplifica críticas à OTAN (A Organização do Tratado do Atlântico Norte):



Charge que exemplifica críticas à OTAN
(A Organização do Tratado do Atlântico Norte):





8. VISÃO GERAL DOS PARTIDOS E POSICIONAMENTO DOS DEPUTADOS

8.1 PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

O Partido dos Trabalhadores é um partido político brasileiro de centro-esquerda, sendo considerado um dos maiores movimentos de esquerda do Brasil. Fundado em 1980, o PT surge como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Durante as primeiras eleições diretas para presidente após o regime militar, o Partido emergiu com uma força política significativa, representando uma alternativa progressista e de cunho social em contraposição às demais forças partidárias. A candidatura de Luiz Inácio da Silva personificava as aspirações de setores da sociedade ávidos por mudanças estruturais e por uma abordagem mais inclusiva nas políticas públicas.



Os principais princípios e objetivos do PT na época eram voltados à democracia participativa, a justiça social e redução das desigualdades, participação dos trabalhadores nos meios de produção, nacionalismo e soberania e a resistência contra movimentos militares.

Desde o final das eleições de 1989, o PT colocou-se na oposição ao governo Collor. Essa tática de oposição articulou-se em duas frentes principais: ao modo como esse governo implementou a sua política econômica e aos efeitos dessa política. Para o PT “a ação do Governo Collor está no sentido de violar a Constituição, passar por cima dos partidos políticos e anestesiar os movimentos sociais”. Assim, esse partido sustenta que não poderia aceitar de forma alguma “os atos ilegais do governo e a utilização das Medidas Provisórias como decretos-leis”, caracterizando o governo Collor como centralizador e autoritário na condução da política econômica, o PT propõe que as forças de oposição ao governo enfatizem a questão democrática, “tomando a defesa intransigente do estado de direito e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas da sociedade”.

8.1.1 JOSÉ GENOÍNO (PT - SP)



José Genoíno é deputado federal da Câmara dos Deputados e filiado ao Partido dos Trabalhadores, sendo representante do estado de São Paulo. Estudou filosofia e direito, e antes de se filiar ao PT e ser eleito deputado federal, teve um histórico em grupos de resistência durante a época da ditadura militar, participando da Guerrilha do Araguaia e ficando preso por 5 anos.

José Genoíno desempenhou um papel crítico em relação às acusações de corrupção e outras irregularidades sobre o governo de Collor, afirmando que o presidente não



tem capacidades políticas, psíquicas e morais para estar no cargo. Genoíno possui um posicionamento contra Collor e sendo a favor de seu impeachment, até mesmo incentivando sua cassação.

8.2.1 **AGOSTINHO VALENTE (PT - MG)**



O advogado, bancário e político brasileiro, eleito deputado estadual de Minas Gerais pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1986, partido ao qual é um dos fundadores em Juiz de Fora, cidade na qual também recebeu grande destaque ao ser presidente do Sindicato dos Bancários.

Agostinho já foi deputado federal por Minas Gerais no período de 1991 a 1995, além de ter sido vice-líder do PT em 1987 e líder em 1988. Em seu posicionamento em relação ao impeachment de Collor, mostra-se favorável à cassação do presidente.



8.2 Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

O Partido da Social Democracia Brasileira é um partido político de centro, associado à centro-esquerda ou à centro-direita. Fundado em 1988, o partido tinha o seguinte lema: "Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança". Na década de 80, com a volta de democracia e eleições diretas, o partido emergiu com uma força política significativa representando um esforço de diversas lideranças políticas que queriam criar uma alternativa progressista e social-democrata.



O PSDB, à época de sua criação, almejava preencher o vácuo ideológico deixado pelo fim da ditadura militar e se apresentar como uma opção moderna, comprometida com princípios democráticos, desenvolvimento econômico equilibrado e justiça social. Os integrantes do partido compartilhavam a visão de uma social-democracia que combinasse políticas econômicas de mercado com medidas voltadas para a redução das desigualdades sociais.

O PSDB, representado por lideranças como Fernando Henrique Cardoso, teve uma postura crítica em relação ao governo Collor, endossando a necessidade de investigações e do devido processo legal diante das acusações de corrupção. No período do governo Collor, o partido se aliou ao PT procurando estabelecer a justiça e ir atrás das investigações do processo estando a favor do pedido de impeachment.

8.2.1 JOSÉ SERRA (PSDB - SP)



José Serra Chirico é um professor, acadêmico, economista, engenheiro civil e político brasileiro filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira. Foi um dos fundadores da Ação Popular e durante o período da ditadura militar teve que se exilar, devido a perseguição de militantes políticos de esquerda. Em 1988 foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira e em 1992 ocupava cargo como líder do partido. O posicionamento de José Serra sobre Fernando Collor é a favor do afastamento do presidente.

José Serra, juntamente com outros líderes políticos, desempenhou um papel crucial na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigou as denúncias de corrupção e irregularidades envolvendo o presidente Collor. As investigações revelaram evidências de corrupção, incluindo o esquema de PC Farias, tesoureiro de campanha de Collor. Em suas falas, José Serra sempre assume



uma postura extremamente sóbria e buscando sempre por em primeiro lugar a justiça.

8.2.2 RUBENS BUENO (PSDB - PR)

O deputado Rubens Bueno, é um professor e político brasileiro que ocupa seu lugar na Câmara dos Deputados representando o estado do Paraná. É filiado também ao Cidadania, tendo como alguns princípios em sua formação voltado às frentes de agropecuária, mineração, indústria, democracia e aos direitos humanos. O deputado Rubens, devido seu posicionamento e representando seu partido, possui uma inclinação contra o presidente Fernando Collor. Em suas falas, Rubens sempre adota uma postura bastante incisiva, buscando ao máximo a justiça e a democracia, podendo até mesmo se exceder em comparações absurdas e metáforas.



8.3 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi um partido político brasileiro fundado em 1979 e registrado definitivamente em 1981, sendo uma das iniciativas que buscavam refundar o antigo PTB. Após a Lei da Anistia, no contexto da redemocratização do Brasil, um grupo político baseado em São Paulo e liderado pela ex-deputada Ivete Vargas (sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas) tinha a intenção de refundar o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 1945 e extinto pela ditadura militar em 1965. Sob a liderança de dirigentes como Ivete Vargas, o PTB consolidou-se como uma legenda comprometida com os interesses dos trabalhadores e a defesa de seus direitos.



De maneira o geral o partido sempre se mostrou tendo ideias de direita, com algumas representações de extrema-direita. No período da volta de democracia o partido demonstrou interesses em participar, tendo postulado o nome do paranaense Affonso Camargo à Presidência da República, que obteve votação inexpressiva (0,5%). Os objetivos do PTB em 1989 eram abrangentes, refletindo uma visão política que buscava conciliar o desenvolvimento econômico com a promoção de mais direitos trabalhistas.

8.3.1 ROBERTO JEFFERSON (PTB - RJ)



O deputado federal Roberto Jefferson é um advogado e político brasileiro filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, na Câmara dos Deputados ele representava o estado do Rio de Janeiro. Roberto Jefferson sempre se mostrou a favor do presidente, e desde a abertura da CPI vem se mostrando contrário à abertura do impeachment, alegando não existir um amparo legal em relação à abertura do processo. É um deputado muito ligado as tropas militares e todas suas falas são extremamente rígidas, utilizando ao máximo a lei e falas técnicas ao seu favor.

8.3.2 NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP)



Em 1990 elegeu-se deputado federal pelo PTB. Em 1992 se tornou líder do seu partido na Câmara dos Deputados. O deputado entende que o seu partido faz parte da base de apoio do governo de Collor. Nelson acredita na inocência de Collor. Entende que ele é vítima de um cenário político desfavorável. E, por isso, poderá sofrer impeachment.

Entretanto, defende muito a política que Collor está implementando para o país. Toda a parte positiva do governo



dele, como a abertura da economia. Durante a votação, ele pretende seguir o seu voto como sendo contra o impeachment de Collor.

8.3.3 GASTONE RIGHI (PTB - SP)



O advogado e político santista, iniciou sua carreira na política no início dos anos de 1960 ao se filiar ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sua história na política possui uma grande marca uma vez que Gastone foi deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), durante a Ditadura Militar e teve seu mandato cassado pelo regime.

Ao fim da ditadura, Gastone retornou a política participando da refundação do PTB, retornou para a Câmara dos Deputados como deputado e líder do partido dentro do Congresso Nacional. Gastone se reelegeu quatro vezes, além de ter sido autor de leis notórias para o mundo trabalhista.

Lecionou como professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito de Santos e na USP.

Durante a votação do Impeachment, tornou-se membro da chamada 'Tropa de Choque' que defende o presidente Collor.



8.4 PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL (PDS)

Partido Democrático Social (PDS) foi um partido político brasileiro de direita fundado em 31 de janeiro de 1980. O partido surgiu após o fim do sistema bipartidário que havia sido implantado pelo Regime Militar de 1964 e que foi objeto de uma reforma ocorrida no governo João Figueiredo.



Fundado em 31 de janeiro de 1980, o PDS tinha dentre seus filiados José Sarney e Fernando Collor, dois futuros Presidentes da República, sendo que o maranhense foi eleito presidente do partido em 28 de fevereiro e ocupou o cargo durante quatro anos.

Os objetivos do PDS incluem a busca pela estabilidade política e econômica, a defesa dos princípios democráticos e a promoção de políticas que visavam o desenvolvimento sustentável. No cenário econômico, o partido propugna por medidas que favorecessem a livre iniciativa, o investimento privado e a busca por soluções eficazes para os desafios econômicos enfrentados pelo Brasil naquele momento.

O Partido Democrático Social (PDS) tem uma postura favorável ao presidente Fernando Collor. Vale notar que o PDS passou por mudanças significativas e divisões, e o grupo que apoiou Collor na ocasião foi liderado por políticos como o então senador Jader Barbalho. O contexto político atual é muito complexo, e as alianças e posicionamentos de partidos podem variar entre seus membros. No caso específico do PDS, parte da legenda alinha-se com Collor, enquanto outros setores da política brasileira manifestam oposição ao presidente em meio às alegações de corrupção e irregularidades.

8.4.1 DANIEL SILVA (PDS - MA)



O deputado federal Daniel Silva Alves, representante na Câmara dos Deputados pelo Maranhão, é um empresário, contabilista e político brasileiro. Graduado em Contabilidade pela Escola Cristã Evangélica de Imperatriz em 1983, começou sua carreira política ao eleger-se deputado estadual pelo PDS em 1986, mesmo ano em que seu irmão, Davi Alves Silva, foi eleito deputado federal.

O deputado Daniel Silva possui seu posicionamento alinhado ao presidente Fernando Collor, sendo favorável a sua permanência como presidente. Mas, diferente dos outros deputados, se mostra favorável ao processo e a análise da acusação.



8.4.2 JOSÉ LOURENÇO (PDS - BA)



Nascido em 1950, cuja trajetória foi marcada por sua atuação política e seus esforços em prol do desenvolvimento de seu estado, a Bahia, e do país como um todo. Formado em Economia, Lourenço iniciou sua carreira política cedo, exercendo mandatos como Deputado Estadual pela Bahia pelo partido ARENA, entre 1971 e 1983. Sua jornada política se expandiu para o âmbito federal, onde ocupou vários mandatos na Câmara dos Deputados, representando seu estado natal.

Ao longo de sua carreira parlamentar, Lourenço demonstrou profundo envolvimento com diversas áreas temáticas, participando ativamente de comissões permanentes e especiais, além de desempenhar papéis de destaque em comissões mistas e na Assembleia Nacional Constituinte.

Fundador do PFL (Partido da Frente Liberal), teve uma longa trajetória partidária, ocupando cargos de liderança e vice-liderança, além de ter sido Presidente do PDS (Partido Democrático Social) na Bahia em 1991.

Em relação ao processo de impeachment de Collor, pretende seguir o posicionamento do seu partido e apoiar o atual presidente.



8.5 PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (PFL)

O Partido da Frente Liberal foi criado, em 24 de janeiro de 1985, por dissidentes do então Partido Democrático Social (PDS) por causa das articulações que ao fim elegeram Tancredo Neves à presidência da República após vinte e um anos do golpe Militar de 1964.



Partido político brasileiro considerado o principal partido de direita política do Brasil, apesar de seu presidente Jorge Bornhausen ter declarado, em entrevista à Revista Veja, que se trata de um partido de centro e que defende o liberalismo social, afiliando-se à Internacional Democrática de Centro, e não à Internacional Liberal, que une os partidos de ideologia puramente liberal. Seu código eleitoral é o 25 e suas cores são o azul e o amarelo.

Durante as eleições de 1989, mais especificamente no segundo turno, o PFL apoiou Collor em oposição a Luiz Inácio Lula da Silva. Ao assumir o governo em 15 de março de 1990, Fernando Collor reservou posições excelsas para os pefelistas ao nomear o senador gaúcho Carlos Chiarelli ministro da Educação e o deputado federal paranaense Alcení Guerra ministro da Saúde, sendo que as privatizações realizadas pelo governo iam ao encontro dos ideários do partido.

Nas eleições de 1990 o PFL venceu em nove estados, seis dos quais no Nordeste, inclusive Maranhão, Pernambuco e Bahia, sustentáculos de seu fulgor, além de oito senadores e oitenta e três deputados federais. Dessa forma o PFL aumentou sua participação no governo, todavia o partido se afastou do Planalto à medida que recrudesceram as acusações que resultaram no apoio do pedido de impeachment presidencial.



8.5.1 INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL - PE)



Iniciou sua vida política em 1974, quando se filiou à ARENA em plena ditadura militar, permanecendo até se filiar ao PDS (partido político que a sucedeu no apoio ao regime) em 1980. Em 1985, durante o processo de redemocratização, filiou-se ao PFL, onde permaneceu durante a maior parte de sua carreira. Na época que o impeachment se tornou uma possibilidade, Inocêncio seguiu o posicionamento da maioria dos deputados do mesmo partido em apoiar a saída de Collor.

8.5.2 BENITO GAMA (PFL - BA)



Benito é do grupo político liderado pelo governador ACM. O parlamentar admite que apoia a saída do então presidente. O irmão caçula do presidente, Pedro Collor de Mello, denunciou Paulo César Farias, o PC, amigo de Fernando Collor e tesoureiro da campanha eleitoral, de comandar um esquema de corrupção dentro do governo.

Adicionalmente, o deputado federal Benito Gama (PTB) preside a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Antes de comandar a CPI que investigou a denúncia contra Collor, Benito participou de uma bancada de 23 deputados do PFL.

8.5.3 PAULO ROMANO (PFL - MG)



O deputado Paulo Romano, filiado ao partido PSD e representante de Minas Gerais, foi um dos deputados presentes durante a votação do impeachment de Collor. Na qualidade de representante do povo, Romano expressou publicamente sua posição acerca das acusações de corrupção e irregularidades que circundam o chefe de Estado naquele momento crítico da história política brasileira.

Ao se pronunciar sobre o impeachment, Paulo Romano destacou a importância do Congresso Nacional exercer suas prerrogativas constitucionais para investigar e responsabilizar eventuais infrações cometidas pelo presidente. Sua postura foi alinhada com a necessidade de preservar a integridade das instituições democráticas e garantir a transparência no exercício do poder executivo. Suas tendências são a favor do impeachment.



8.5.4 ALACID NUNES



O deputado federal Alacid da Silva Nunes foi um militar e político brasileiro que governou o estado do Pará por duas vezes. Alinhado aos objetivos do Regime Militar de 1964, Alacid da Silva foi um dos deputados a estar ao lado do presidente Fernando Collor e contra a abertura da CPI. Seus pronunciamentos são sempre voltados a proteger a integridade do presidente e tentando o apoiar, sem mostrar arrependimento.

8.5.5 RICARDO FIUZA (PFL - PE)



e Financeira" (1983).

O advogado, político e escritor brasileiro filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL) tem bastante destaque durante o governo Collor. Formado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fiuza iniciou sua vida política ao ser eleito como deputado federal pelo estado de Pernambuco pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) durante o período da ditadura militar em 1970, além disso, foi vice-líder da ARENA e do PDS na década de 1970 no Congresso, e líder do PFL no final da década de 1980. Fiuza é um dos principais articuladores do "Centrão", mas também foi professor de Direito Comercial e autor dos livros "Problemas da Região Nordestina" (1975) e "Capítulo da Ordem Econômica

Em 1992, Collor elegeu Fiuza como ministro da Ação Social do seu governo e mais tarde, no mesmo ano, o colocou também como ministro da Casa Civil. Ricardo Fiuza é um dos principais defensores de Collor no Congresso, chegando a integrar e comandar o grupo chamado "Tropa de Choque" em defesa do presidente.

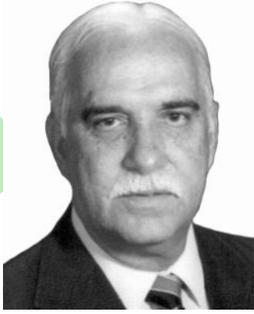
8.5.6 ÁTILA LINS (PFL - AM)



O deputado federal Áttila Sidney Lins de Albuquerque é um economista, advogado e político brasileiro filiado ao PFL. Na Câmara dos Deputados ele representa o estado do Amazonas. Áttila Lins afirma que vai sempre estar à favor da democracia e do presidente da república, dando seu apoio total a Fernando Collor e mostrando suas tendências a estar contra o processo de impeachment. Sua postura de fala sempre é voltada para proteger a integridade do presidente e prestar seu apoio.



8.5.7 ÂNGELO MAGALHÃES (PFL - BA)



Sua carreira na política se iniciou em 1966 quando se elegeu como deputado estadual pela ARENA em 1966, seguido de outro mandato no mesmo cargo em 1970. Com o fim do seu mandato, assumiu como diretor no Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia (Banded) em 1975, entretanto deixou o cargo em 1978 após ser eleito como deputado federal. Magalhães possui histórico em votações importantes para a história brasileira, a exemplo da Emenda Dante de Oliveira, filiou-se ao PFL por onde foi reeleito em 1986 e passou a fazer parte da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988, em 1990 conquistou mais um mandato.

Em relação ao impeachment de Collor, seus posicionamentos mostram um forte apoio à permanência do presidente no poder.

8.5.8 JAIRO CARNEIRO (PFL - BA)



O deputado Jairo Alfredo Carneiro é um político e advogado brasileiro que exerce seu mandato na Câmara desde 1986. Jairo tem uma ampla experiência em diferentes áreas, tendo sido Suplente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, além de Vice-Presidente da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Ele foi eleito como Deputado Federal Constituinte em 1986 pelo Partido Frente Liberal (PFL).

Embora esteja filiado a um partido de centro-direita, que apoiou o presidente Fernando Collor durante as eleições, não se pode afirmar que Jairo compartilha necessariamente das posições do partido. Influenciado pelas posturas de outros deputados do PFL, tanto a favor quanto contra Collor, o Deputado Jairo tem sua opinião dividida. Por um lado, ele reconhece o caso de corrupção envolvendo PC Farias e o presidente da república, mas também questiona a necessidade da acusação de crime de responsabilidade contra Fernando Collor.



8.6 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB)

Desde sua fundação em 1980 foi denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Considerado um partido "guarda-chuva" de ideologias diversas, foi criado para dar continuidade ao partido de mesmo nome que existia como oposição consentida durante a ditadura militar (1964-1985). Há controvérsia sobre se o PMDB seria o MDB com outro nome, ou se seria apenas um partido sucessor político desse.



Formalmente a Lei dos partidos políticos de 1979 extinguiu MDB e ARENA, e embora o site do TSE aponte a fundação do PMDB como 1981 há fontes que apontam que o PMDB seria na verdade o MDB com novo nome. Extinta a ARENA, os governistas criam o PDS. Como amálgama do antigo quadro bipartidário Tancredo Neves funda o PP e lideranças sindicais paulistas constituem o PT, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva. Por fim, a disputa pelo legado de Getúlio Vargas resulta na recriação do PTB liderado por Ivete Vargas (sua sobrinha-neta) e pela fundação do PDT por Leonel Brizola, petebista histórico. O antigo MDB perdia então o monopólio das oposições.

O PMDB começou a perder espaço na política, principalmente em 1986, quando na Câmara dos Deputados o aumento de vagas de 487 para 503 marcou o refluxo do PMDB de 260 para 108 cadeiras, embora conservasse a maior bancada.

O posicionamento do partido quanto ao impeachment é de apoio à saída de Collor, tendo em vista os interesses internos do partido.

8.6.1 ADELAIDE NERI (PMDB - AC)

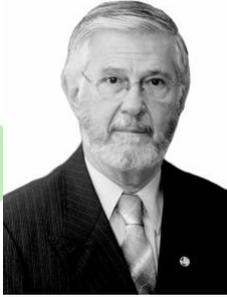


Adelaide Neri é uma destacada educadora e política brasileira. Sua carreira profissional é marcada por sua atuação como professora, tendo concluído sua formação no ensino secundário. Foi eleita como Deputada Federal, representando o estado do Acre, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Uma das principais marcas de Adelaide foi sua defesa intransigente da democracia. Nesse sentido, tal qual o seu partido, ela se posiciona pelo impeachment do então presidente da República.



8.6.2 IBSEN PINHEIRO (PMDB - RS)



O advogado, jornalista, político brasileiro e filiado do PMDB, exerce durante todo o período de impeachment um papel de grande destaque uma vez que é o atual presidente da Câmara dos Deputados e responsável por liderar o processo. Tendo iniciado sua carreira política em 1976 na cidade de Porto Alegre como vereador da cidade, Ibsen acumulou durante sua vida diversas conquistas políticas, já tendo sido promotor e procurador de justiça, em 1986 assumiu o cargo de deputado constituinte e em 1992 o posto de presidente da Câmara dos Deputados.

Em 1991, Ibsen Pinheiro foi admitido por Fernando Collor à Ordem do Mérito Militar no grau de Grande-Oficial Especial, entretanto, em seus posicionamentos Ibsen tece fortes críticas a Collor, sendo favorável a seu impeachment.

8.6.3 ULYSSES GUIMARÃES (PMDB - SP)



Um notório político e advogado brasileiro filiado ao PMDB e um deputado destaque ao decorrer do impeachment. Ulysses sempre teve destaque em vários momentos de sua vida, principalmente durante o período de ditadura militar no Brasil já que mesmo que no início apoiasse o golpe, logo se tornou um dos principais opositores do regime chegando até mesmo a ser presidente da Assembleia Constituinte tendo a tarefa, em 1986, de conduzir a construção da Carta Magna que iniciou a nova ordem democrática após os 21 anos de ditadura, Guimarães foi também um pilares do movimento Diretas Já.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o deputado teve destaque adicional na área acadêmica tendo lecionado em diversas faculdades pelo Brasil, inclusive na faculdade de direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, além de ter feito parte do Centro Acadêmico XI de Agosto e de ter sido vice presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Na área política, seu primeiro cargo público iniciou em 1947 quando se elegeu como deputado estadual pelo Partido Social Democrático (antigo PSD), seguindo da vitória em 1950 como deputado federal, cargo ao qual foi reeleito algumas vezes. Ocupou o cargo de presidente da Câmara dos Deputados duas vezes, sendo o 24º presidente em 1956 e o 38º em 1985, foi também 2º Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil de 1961 a 1962.

“Sou velho mas não sou velhaco (...) Os remédios que tomo não me criam problemas com a polícia, pois são comprados em farmácia” foi a resposta dada por Ulysses a Fernando Collor, durante o período de impeachment após Collor chamar Ulysses de “senil e desequilibrado”. Ulysses, que afirma que a corrupção é o cupim da república, é uma forte crítica a Collor dentro da Câmara.



8.7 PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL (PRN)

Em 1989, com a entrada de dissidentes do PDS, PMDB e até do PSDB, o partido foi renomeado para PRN (Partido da Reconstrução Nacional) em 2 de fevereiro de 1989, também com Daniel Tourinho na presidência.

Em 1989, o partido lançou Fernando Collor de Mello como candidato à presidência, que foi eleito no segundo turno com 35.085.457 votos. No Congresso Nacional, o PRN possuía como seus mais destacados líderes o senador Ney Maranhão e o deputado (e futuro senador) Renan Calheiros, líder do governo na Câmara dos Deputados.



Em 1990, o partido levou ao segundo turno cinco dos seus dez candidatos a governador, entretanto o curso da campanha foi adverso aos planos da legenda: em Minas Gerais, Hélio Costa (depois ministro das comunicações do Governo Lula) foi derrotado por Hélio Garcia, no Paraná, José Carlos Martinez (proprietário da Rede OM e futuro presidente do PTB) foi vencido por Roberto Requião e em Rondônia, Valdir Raupp (posteriormente eleito governador e senador pelo PMDB) sucumbiu ao avanço de Osvaldo Piana. No Nordeste a derrota atingiu João Castelo e Renan Calheiros.

Nos dois casos, o PRN iniciou a disputa como favorito, todavia o cenário foi paulatinamente revertido: no Maranhão, o apoio de José Sarney permite que Edison Lobão derrote João Castelo e em Alagoas uma dissensão partidária elegeu Geraldo Bulhões (que trocou o PRN pelo PSC no início do ano) em lugar de Renan Calheiros. Encerrada a campanha, Márcia Kubitschek foi eleita vice-governadora do Distrito Federal na chapa de Joaquim Roriz (então no também extinto PTR) e o partido elegeu dois senadores e quarenta deputados federais (metade oriunda do Paraná, São Paulo e Minas Gerais).

Embora nenhum de seus membros tenha sido nomeado para o ministério, o PRN integrou a base parlamentar de Fernando Collor ao lado do PFL e do PDS e elegeu noventa e oito prefeitos em 1992 ante as três conquistadas pelo Partido da Juventude em 1988.

Agora, o partido enfrenta uma crise intensa devido às acusações contra o atual presidente da república e a iminente votação para a abertura do impeachment, contando com o voto dos seus deputados para rejeitarem esse ultraje.



8.7.1 EUCLIDES DE MELLO (PRN - SP)



A trajetória política de Euclides Afonso de Mello Neto iniciou-se em 1982, quando foi eleito pelo PDS para vereador de Maceió com 2.018 votos, ficando em 14º lugar dentre as vinte e uma vagas em disputa. Antes de ser vereador por Maceió, assumiu o cargo de Diretor de Esportes e Promoção da Prefeitura de Maceió, entre 1980 e 1982, na gestão do seu primo, o prefeito nomeado Fernando Collor de Mello.

Nas eleições de 1986, Euclides Mello foi candidato a deputado estadual pelo PMDB, obtendo 6.720 votos, porém, não obteve êxito naquele pleito. Durante aquela legislatura, assumiu o mandato, tornando-se líder do Governo Collor na Casa de Tavares Bastos.

Nas eleições presidenciais de 1989, Euclides Mello coordenou a campanha de Fernando Collor à presidência da República em São Paulo. Com a vitória de Collor para presidente e o prestígio que Euclides adquiriu no Estado de São Paulo, fez o mesmo a transferir seu domicílio eleitoral para aquele Estado a fim de disputar uma vaga na Câmara Federal no pleito de 1990. Adotando como lema de campanha a frase "Euclides é Collor em São Paulo", elegeu-se deputado federal pelo PRN com 82.344 votos.

Durante o seu mandato faz parte da chamada "Tropa de Choque" do Governo Federal, formada pela bancada governista que, no Congresso Nacional, está tentando evitar a abertura do processo de impeachment contra o presidente Fernando Collor.

8.7.2 PAULO OCTÁVIO (PRN - DF)



Bacharel em direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília e técnico em transações imobiliárias, Paulo é um advogado, político e empresário filiado ao PRN. Assumiu o cargo de deputado federal pelo Distrito Federal em 1991, entretanto seu papel de liderança no meio político iniciou em 1986 quando fundou o PFL do Distrito Federal, passando a vice-presidente do PRN em 1989 e vice-líder de um bloco que unia alguns partidos políticos (PRN e PFL entre eles) em 1991. Em seu posicionamento em relação ao Impeachment de Collor, se mostra contra tal ação.



8.8 PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC)

A história do PSC começou em 1970, com a criação do Partido Democrático Republicano (PDR). Em 1985, depois da reabertura política com o fim da ditadura militar, Vítor Nólseis deu continuidade ao trabalho da sigla com a fundação do PSC. Em 1989, o PSC se aliou ao Partido Social Trabalhista (PST), Partido Trabalhista Renovador (PTR) e Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Essa coligação foi denominada como “Brasil Novo” e conseguiu levar a vitória de Fernando Collor.



Em março de 1990, o número eleitoral do PSC ficou registrado como 20. E no mesmo ano, o partido conseguiu eleger o governador de Alagoas, Geraldo Bulhões, sendo essa a primeira vitória expressiva do partido após assistir à eleição de Collor.

O partido segue sendo um forte apoiador do atual presidente, e pretende manter essa posição durante a votação na câmara.

8.8.1 ANTONIO HOLANDA (PSC - AL)



Nascido em Alagoas, Brasil, Holanda iniciou sua trajetória na política durante os anos 1970. Graduado em Medicina pela Universidade Federal de Alagoas, em Maceió, Holanda demonstrou interesse tanto pela saúde pública quanto pela arena política desde cedo.

Em sua jornada política, Holanda foi um membro proeminente de vários partidos ao longo dos anos. Ele foi um Líder da ARENA de 1977 a 1978, durante um período marcado por mudanças políticas significativas no Brasil. Mais tarde, em 1991, assumiu o papel de Líder do PSC (Partido Social Cristão). Na votação para a abertura ou não do processo de Impeachment, apesar de estar no PSC, está disposto a escutar os dois lados na Câmara, podendo ou não conciliar os seus interesses com os do seu partido, que são favoráveis à Collor.

8.8.2 RONIVON SANTIAGO (PSC - AC)



Ronivon Santiago nasceu e cresceu em Rio Branco, no estado do Acre. Sua vida profissional e política tem sido marcada por um profundo compromisso com o desenvolvimento da região amazônica e com os interesses da população local.

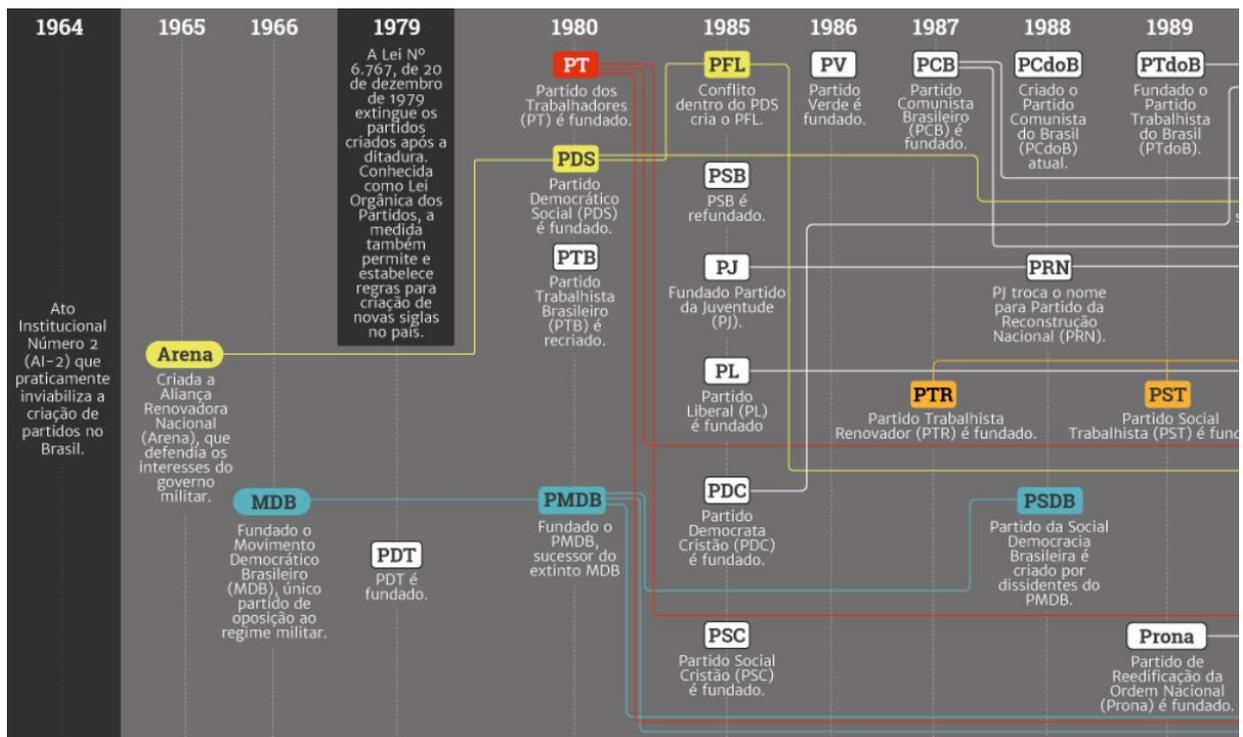
Ronivon também se destacou em cargos públicos e na área da educação. Foi Chefe do Setor de Desportos do SESI em Rio Branco, coordenou a Secretaria de Educação do Estado do



Acre e ocupou o cargo de Diretor Administrativo na Secretaria de Saúde de Rio Branco, demonstrando assim sua versatilidade e comprometimento com o serviço público.

Sua entrada na política se deu na década de 1990, quando foi eleito Deputado Federal pelo estado do Acre, representando inicialmente o PMDB e depois o PPR (pertencente ao bloco PSC).. Ronivon é um parlamentar ativo e influente, e o seu posicionamento quanto ao atual presidente da República é de defendê-lo, seguindo os ideais do seu partido.

QUADRO DAS RELAÇÕES DOS PARTIDOS (1964 - 1989)





9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura de todo o guia de estudos, nós da mesa esperamos que os senhores façam um ótimo trabalho, representando seus respectivos deputados, e cientes de que devem seguir o posicionamento que foi escrito para cada um. Esse guia não deve ser a única fonte de estudos, então se aprofundem em outros documentos e tornem suas pesquisas cada vez mais aprofundadas sobre o tema.

Como estamos na ONU Intercolegial, saibam que o debate será mais avançado, e nós não vamos esperar menos dos senhores.

Reforçamos novamente que estaremos disponíveis para tirar qualquer dúvida ou atender a qualquer necessidade que venha a surgir.

Dito isso, desejamos uma ótima simulação para os senhores deputados e deputadas.

Atenciosamente (direto da Bahia),

Marianna Pessoa, Thyanne Oliveira e Leonardo Lacerda.



10. REFERÊNCIAS

- <https://www.politize.com.br/camara-e-senado-qual-diferenca/>
- <https://www.politize.com.br/camara-dos-deputados-como-funciona/>
- <https://portalamazonia.com/noticias/politica/saiba-o-que-faz-um-deputado-federal-atribuicoes-direitos-e-deveres>
- <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/votacao>
- <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/joao-figueiredo/>
- <https://www.todamateria.com.br/joao-baptista-figueiredo/>
- <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/diretas-ja>
- <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/os-lideres-das-diretas-ja-e-os-seus-herdeiros-politicos/36300/>
- <https://www.historiandomundo.com.br/idade-contemporanea/governo-sarney.htm>
- <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/jose-sarney/>
- <https://blogdabn.wordpress.com/2015/04/21/fbn-i-historia-21-de-abril-de-1985-morre-tancredo-neves/>
- <https://www.camara.leg.br/deputados/74421/biografia>
- <https://nilljunior.com.br/o-blog-e-a-historia-os-85-anos-de-inocencio-oliveira/>
- <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-frente-liberal-pfl>
- <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglas/pfl.html>
- <https://www.camara.leg.br/deputados/74535/biografia>
- <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/75321,benito-gama-lembra-voto-que-abriu-porteira-para-impeachment-de-collor>
- <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>
- <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/176027-presidente-de-cpi-que-tirou-collor-gama-diz-que-impeachment-de-dilma-nao-deve-prosperar>
- <https://www.camara.leg.br/deputados/73823/biografia>
- <https://www.camara.leg.br/deputados/73553/biografia>
- https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160414_duas_visoes_impeachment_collor_dilma_lgb
- <https://www.estudopratico.com.br/conheca-a-historia-do-partido-social-cristao-psc/>
- <https://www.camara.leg.br/deputados/73697/biografia>
- <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4780>
- <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2021/10/11/euclides-mello-o-fiel-escudeiro-do-collor>



https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36766853/Partidos_do_Brasil-libre.pdf?1424863494=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPartidos_do_Brasil.pdf&Expires=1708969222&Signature=FBYaF8JsFeglrneZlJEdJNGkom6e4pFGsHAc7whVDPa5rqIWjHzO7kfpAPSXkxt1NdyCnjfY~Gb3TS2N0IB6r0iN~W-k-8ACxLLob14YIX8JCtwvVJnv5RuBCrbw2GCPDaWTEbISidhtW~Hs2lw~sXfzwLKshtwHgxEljrk1ATotT5JvpZ8FjWesjhVShtQUIRNLvxvrVTeVr5FkuhwllPzIQQkDw3VM9h6ztLu4RvZzqp6Mb10KHBjv6uqYdZdduymkX9AHWS-asrBOILIA8lixNsXS8m58jPLvKHdIRxbgaGkJrfdlyyhPYIAQKugpglLaUj2ZSmjfKjIzNQ4zw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

<https://especiais.zh.clicrbs.com.br/infograficos/2019/05-maio/arvore-genealogica-partidos/index.html?EW=700&EH=500&=tru>

<https://ac24horas.com/2018/05/24/no-mdb-de-ulysses-adelaide-neri-consolidou-vida-politica-em-defesa-da-democracia/>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/crime-de-responsabilidade>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1079.htm

<https://www.politize.com.br/crime-responsabilidade/>

<https://www.infomoney.com.br/guias/inflacao/>

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>

<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

<https://g1.globo.com/economia/inflacao-como-e-medida/platb/>

<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/balanca-comercial>

<https://www.fazcomex.com.br/comex/balanca-comercial/>

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjhmLidhaKEAxXnrpUCHWbTAKkQFnoECB8QAQ&url=http%3A%2F%2Fcomciencia.scielo.br%2Fscielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS1519-76542011000400004%26lng%3Dpt%26nrm%3Diso&usg=AOvVaw2m4XYcuVNTe_vQb2_z8ObU&opi=89978449

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>

<https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/ex-presidente-da-republica/fernando-collor/biografia>

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/governo-collor.htm>

<https://atlas.fgv.br/verbete/1418>

<https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/collor>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/25/relembre-a-trajetoria-de-fernando-collor.ghtml>

[59](https://www.pulsarimagens.com.br/foto/Posse-de-Fernando-Collor-como-Presidente-da-República?assunto=Posse%20de%20Fernando%20Collor%20como%20Presidente%20da%20República&procurar=&codigo-</p></div><div data-bbox=)



[imagem=145665&codigo=189064&pagina=1&posicao=58&ordenar=1&tipo=0&direito-imagem=0&autorizacao-imagem=0&depois-ano=0&anterior-ano=0&orientacao=0&tipo-video=0&autor=27&pais=0&estado=0&cidade=0®iao=0](#)
<https://investidorsardinha.r7.com/aprender/plano-collor/>
<https://maisretorno.com/portal/termos/p/plano-collor>
<https://www.sun0.com.br/artigos/plano-collor/>
<https://capitalresearch.com.br/blog/plano-collor/>
<https://www.scielo.br/j/rep/a/BLZNY6wFPdWsqjmbHC7KTmn/>
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/03/15/plano-collor-abertura-de-mercados-e-impeachment-marcaram-primeiro-governo-eleito-apos-o-regime-militar>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Collor#:~:text=da%20especula%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20.-,Plano%20Collor%20II,de%20pap%C3%A9is%20privados%20e%20federais.
https://www.scielo.br/j/neco/a/ssvBSZh5JWNWtxbNFpWHKHR/?lang=pt#_ednref20
https://www.bresserpereira.org.br/articles/1991/862.PlanoCollor_II.pdf
https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>
https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6527/2016_goulart_analise_programas_eleitorais.pdf?sequence=1&isAllowed=y
<https://pt.org.br/nossa-historia/>
<https://www.scielo.br/j/op/a/RNbZzB5LswTgk8NJrfFsm7s/?lang=pt&format=pdf>
<https://www.psd.org.br/conheca/historia/>
http://static.psd.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_250688.pdf
https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Social_Democracia_Brasileira#:~:text=Seu%20s%C3%ADmbolo%20%C3%A9%20um%20tucano,o%20quarto%20maior%20do%20pa%C3%ADs.&text=Um%20s%C3%B3%20Brasil
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiIqMHC78SEAxWjqpUCHbgBCcgQFnoECCEOAQ&url=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Fid%2F521751%2Fnoticia.html%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&usq=AOvVaw3ISXGYcx3apRxqbdFt6Xn6&opi=89978449>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Serra
<https://www.camara.leg.br/deputados/73870/biografia>
<https://www.camara.leg.br/noticias/385177-abertura-do-processo-de-impeachment-de-collor-completa-20-anos/>
https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment/roberto-jefferson_09091992
https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Jefferson
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Brasileiro_\(1979\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Brasileiro_(1979))
https://pt.wikipedia.org/wiki/Vota%C3%A7%C3%B5es_no_impeachment_de_Fernando_Collor#Na_C%C3%A2mara_dos_Deputados



<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjphfewoCEAxVOPJUCHa-pAgwQFnoECCMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.camara.leg.br%2Fdeputados%2F74090&usg=AOvVaw36G5qRFBcv3nin-dNoEIWL&opi=89978449>

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwis69bjoMeEAXVNP5UCHbWcAokQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fglobo.globo.com%2Fpolitica%2Fdeputado-que-votou-contra-impeachment-de-collor-diz-que-podera-se-redimir-19107529&usg=AOvVaw1OcSV0mGEvaX4nT9lRksD_&opi=89978449

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwis69bjoMeEAXVNP5UCHbWcAokQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fglobo.globo.com%2Fpolitica%2Fdeputado-que-votou-contra-impeachment-de-collor-diz-que-podera-se-redimir-19107529&usg=AOvVaw1OcSV0mGEvaX4nT9lRksD_&opi=89978449

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwis69bjoMeEAXVNP5UCHbWcAokQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fglobo.globo.com%2Fpolitica%2Fdeputado-que-votou-contra-impeachment-de-collor-diz-que-podera-se-redimir-19107529&usg=AOvVaw1OcSV0mGEvaX4nT9lRksD_&opi=89978449

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwis69bjoMeEAXVNP5UCHbWcAokQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fglobo.globo.com%2Fpolitica%2Fdeputado-que-votou-contra-impeachment-de-collor-diz-que-podera-se-redimir-19107529&usg=AOvVaw1OcSV0mGEvaX4nT9lRksD_&opi=89978449

<https://www.camara.leg.br/deputados/74184/biografia>



III ONU **INTER** **COLEGIAL**



Rede Jesuíta de Educação

Este material é para uso exclusivo dos participantes inscritos no evento mencionado, sendo vedada a sua reprodução total ou parcial, de forma onerosa ou gratuita, sob pena de prática de violação de direito autorial passível de medidas judiciais cabíveis.